



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 113

TERÇA-FEIRA, 21 DE JULHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 16ª SESSÃO, EM 20 DE JULHO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Aviso do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento

— Nº 1.057/92, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 349, de 1992, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

1.2.2 — Aviso do Ministro da Justiça

— Nºs 529 e 530/92, encaminhando informações sobre os quesitos constantes dos Requerimentos nºs 342/92 e 72/91, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Darcy Ribeiro, respectivamente.

1.2.3 — Discurso do Expediente

SENADOR MAURO BENEVIDES — Transcurso do 40º aniversário do Banco do Nordeste do Brasil — BNB.

O SR. PRESIDENTE — Solidariedade à homenagem prestada ao Banco do Nordeste pelo Sr. Mauro Benevides.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Mensagem nº 256, de 1992, pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização para que a República Federativa do Brasil possa contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até DM 30.000.000,00 (trinta milhões de marcos alemães), destinada ao co-financiamento do Programa Nacional do Meio Ambiente — PNHA, a ser executado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA. Discussão encerrada, após parecer de Plenário favorável,

nos termos do Projeto de Resolução nº 50/92, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

— SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO — Desistência da extinção do FGTS na reforma fiscal pretendida pelo Governo.

— SENADOR EDUARDO SUP LICY — Rebateando declarações do Presidente do Banco do Brasil de que S. Exª teria quebrado o sigilo bancário de informações prestadas à CPI do caso PC. Entrevista concedida à revista *Veja*, pelo ex-Deputado Sebastião Curió.

— SENADOR NEY MARANHÃO — Editorial de autoria do jornalista Ruy Fabiano, intitulado “Borja vê a crise”.

SENADOR CARLOS DE CARLI — Política ambiental do Governo Federal.

— SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO — Caráter didático que deveria nortear a campanha eleitoral. Críticas à entrevista concedida pelo Sr. Sebastião Curió à revista *Veja* desta semana.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATOS DA DIRETORA EXECUTIVA DO PRO-DASEN

— Nºs 49 a 52, de 1992

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Ata da 16ª Sessão, em 20 de julho de 1992

4ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Rachid Saldanha Derzi e Garibaldi Alves.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Humberto Lucena — João Rocha — Jonas Pinheiro — José Paulo Bisol — Lourival Baptista — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Nabor Júnior — Ney Maranhão — Odacir Soares — Rachid Saldanha Derzi — Ronan Tito.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISO DO MINISTRO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO

Aviso nº 1.057/92, de 17 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 349, de 1992, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

AVISOS DO MINISTRO DA JUSTIÇA

Avisos nºs 529 e 530/92, de 16 de julho corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes dos Requerimentos nºs 342, de 1992 e 72, de 1991, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Darcy Ribeiro, respectivamente.

As informações foram anexadas aos requerimentos, que vão ao arquivo, e encaminhadas cópias aos requerentes.

O Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, ocupo, hoje, a tribuna do Senado Federal a fim de registrar o transcurso, na data de ontem, do 40º aniversário de fundação do Banco do Nordeste do Brasil, tradicional estabelecimento de crédito que tem prestado, ao longo destas quatro décadas, assinalados serviços ao desenvolvimento regional.

Idealizado em 1952, à época do Governo Getúlio Vargas, dentro da magistral concepção de seu notável assessor econômico, o economista Rômulo de Almeida, o banco surgiu com as características de instrumento de fomento e de comercialização comprometido com o progresso do chamado Polígono das Secas. Rômulo de Almeida expôs as suas idéias ao então Ministro da Fazenda, Horácio Lafer, que, acolhendo a sugestão, formalizou o envio de uma exposição de motivos ao Senhor Presidente da República, imediatamente adotada, ensejando a que chegasse ao Congresso Nacional um projeto de lei instituindo o Banco do Nordeste do Brasil.

Somente dois anos depois, em 1954, é que o Banco efetivamente se instalou, tendo a dirigir os seus destinos o próprio economista Rômulo de Almeida, posteriormente sucedido por figuras exponenciais da própria região, que souberam conduzir o banco de forma a garantir àquela entidade creditícia o prestígio que ela desfruta hoje perante a comunidade financeira do nosso País.

Tive o privilégio, nos idos de 1985/1986, de ascender à Presidência do Banco, ali convivendo com o seu qualificado corpo de servidores, todos estes identificados com a linha de devotada colaboração, para que se viabilizem, sob múltiplas formas, o incremento do desenvolvimento regional.

Menciono o trabalho que ali sempre foi levado a efeito pelo Escritório Técnico do Nordeste, o ETENE, que se incumbiu de definir políticas prioritárias para o Banco do Nordeste, transformando a estrutura do banco em uma autêntica universidade dirigida para o progresso regional, a ponto de capitalizar prestígio, simpatia e respeito das áreas econômicas, não apenas do Nordeste mas de outras regiões do País.

Não poderia deixar de ressaltar, neste instante, que, ao longo de sua existência, o Banco do Nordeste enfrentou difi-

culdades de natureza financeira, que foram gradualmente superadas, esperando-se, agora, com a garantia de dotações ponderáveis, que o seu suporte operacional esteja melhor aquinhoado, sobretudo com base no Fundo Constitucional — reputado com a mais expressiva vitória alcançada na Assembléia Nacional Constituinte, pela representação nordestina.

Quando a Assembléia Nacional Constituinte recebia sugestões dos segmentos da sociedade, o Banco do Nordeste apresentou uma proposta que veio a prevalecer durante a discussão e a elaboração do texto da Carta brasileira, exatamente aquela vinculada a recursos efetivos e permanentes, a fim de que o banco pudesse cumprir, ainda melhor, os seus nobres objetivos institucionais.

Hoje, o Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Jorge Lins Freire, em entrevista concedida à imprensa do Ceará, ressalta exatamente a significativa contribuição que o BNB há prestado ao nosso País e, particularmente, à região Nordeste, com aplicações que, no primeiro semestre deste exercício de 1992, ascenderam a 1.7 milhão de dólares, o que, sem dúvida alguma, reflete, de maneira positiva, a política acertada que o Banco adotou, favorecendo mini, pequenos, médios empresários e produtores rurais da região.

Portanto, por se tratar de um evento da maior importância para o desenvolvimento do Nordeste, entendi do meu dever vir à tribuna do Senado Federal para destacar o transcurso de uma efeméride que merece, realmente, realce no plenário desta Casa, a fim de que os atuais dirigentes do Banco, sobretudo os seus servidores, se sintam sempre estimulados a prosseguir na faina a que se entregaram, possibilitando ao Banco do Nordeste do Brasil cumprir aquelas finalidades que inspiraram, em 1952, a sua criação, através da genialidade de Rômulo de Almeida, grande idealizador dessa obra meritória que tem favorecido, de modo substancial, o nosso País.

O Sr. Esperidião Amin — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Mauro Benevides?

O SR. MAURO BENEVIDES — Com prazer, nobre Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin — Nobre Senador Mauro Benevides, nosso Presidente, eu não poderia me furtar da honra e da satisfação de, à guisa de aparte, procurar corroborar, tanto quanto me seja possível, a manifestação que V. Ex^a deixa consignada nos Anais do Senado nesta tarde. A manifestação de V. Ex^a é feita com a autoridade de quem, conhecendo os meandros do processo de desenvolvimento e as dificuldades que se antepõem historicamente a este processo no Ceará e em toda região Nordeste do Brasil, a título de congratulações pelo transcurso do quadragésimo aniversário do BNB, pratica também um gesto de justiça endereçado aos seus servidores e aos seus dirigentes. Mais do que esse gesto de justiça, creio que vale enaltecer aqui o sentimento de esperança que V. Ex^a deixa consignado nesta oportunidade. Corroborando a sua iniciativa, tanto quanto me seja possível — repito — quero traduzir, neste aparte, não apenas os meus cumprimentos, mas também a minha solidariedade com a luta que o BNB representou e representa. Como participante da Comissão Mista que tem o Senador Elcio Álvares como seu Presidente e o seu conterrâneo, Senador Beni Veras, como seu Relator e que estuda as causas das desigualdades inter-regionais no nosso País, permito-me, ainda, assinalar que os objetivos que têm norteado o BNB, objetivos que todos nós brasileiros devemos ter em relação ao desenvolvimento do Nordeste, que é parte indispensável da própria consecução da verdadeira

soberania nacional, esses objetivos que V. Ex^a relembra nesta oportunidade devem estar no coração e na atuação de todos nós que procuramos compreender a expressão “Pátria” e a expressão “patriotismo” na sua dimensão verdadeira, ou seja, a dimensão que compreende a redução das desigualdades entre as nossas regiões. Por essa razão, congratulo-me, mais uma vez, com o pronunciamento que V. Ex^a faz, engalanando a sessão de hoje.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Ex^a, nobre Senador Esperidião Amin, que, embora integrante de uma outra região do País, tem uma visão globalizada dos problemas brasileiros e testemunha o seu reconhecimento ao Banco do Nordeste do Brasil, que, nesses 40 anos, vem, sem dúvida, emprestando inestimável colaboração ao crescimento do País.

Eu ressaltaria, neste instante, nobre Senador Esperidião Amin, que a correção das disparidades regionais de que se incumbem agora essa Comissão Mista do Congresso Nacional, que teve a inspiração o Senador Beni Veras, vem-se constituindo também em grande preocupação do Banco, já que ele próprio, ao lado da Sudene, do DNOCS e da Codevasf, tem comandado esse angustiante processo de ultrapassagem de uma fase adversa e crítica que nos separava das outras regiões do País.

Não seria demais registrar que as aplicações feitas pelo Banco nesses 40 anos, quer no fomento ao desenvolvimento regional, quer na própria comercialização dentro da estrutura concebida por Rômulo de Almeida, atendem, sem dúvida, aos próprios anseios e aspirações do povo nordestino. Apoiando-nos no BNB e na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, temos sido privilegiados pelo trabalho pertinaz e obstinado levado a cabo por essas duas instituições.

Dai por que fiz questão, Sr. Presidente, de vir à tribuna do Senado Federal para, como Senador do Nordeste e como ex-Presidente do BNB, prestar a minha homenagem aos meus antecessores e também meus sucessores e, muito mais do que a eles próprios, ao quadro de servidores do Banco do Nordeste, quadro indiscutivelmente competente e qualificado de profissionais que tudo têm feito para permitir que o crédito, nas suas várias modalidades, possa chegar aos grandes, pequenos e miniprodutores e aos grandes pequenos e miniprodutores, dentro daquelas diversificações creditícias de que se incumbem o próprio Banco, atendendo às exigências da realidade brasileira.

Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a, que teve a honra de ver dois ilustres membros de sua ilustrada família, José Gobat Alves e Agnelo Alves, guindarem-se à Diretoria do Banco do Nordeste, função que exerceram com a maior dignidade. V. Ex^a sabe, como Parlamentar brilhante e atuante que sempre foi na defesa dos interesses regionais, que o Banco merece hoje os aplausos, o reconhecimento e o testemunho de gratidão daqueles que, em nossa região, identificam o BNB como um grande instrumento acelerador do crescimento de uma de nossas mais carentes faixas geográficas.

Saúdo, pois, o 40º aniversário do BNB, colocando-me à disposição de seus superiores interesses, que se identificam com as próprias aspirações de nacionalidade.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Alfredo Campos — Amazonino Mendes — Carlos De Carli — Coutinho Jorge — Eduardo Suplicy — Epitácio Cafeteira — Guilherme Palmeira — Jarbas Passarinho — João

França — Júnia Marise — Marco Maciel — Mário Covas — Raimundo Lira — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Na qualidade de Presidente eventual dos trabalhos — Já que o Senador Mauro Benevides me deu a honra de presidir esta sessão por ocasião do seu discurso sobre o aniversário do Banco do Nordeste —, quero também associar-me a essa efeméride e dizer da minha alegria e apreço pela luta desenvolvida por essa instituição bancária.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

S. Ex^a não se encontra no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

MENSAGEM Nº 256, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Mensagem nº 256, de 1992, pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização para que a República Federativa do Brasil possa contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até DM 30.000.000,00 (trinta milhões de marcos alemães), destinada ao co-financiamento do Programa Nacional do Meio Ambiente — PNMA, a ser executado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA. (Dependendo de Parecer.)

Nos termos do art. 140, letra a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Esperidião Amin para proferir o parecer sobre a matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, conforme V. Ex^a já esclareceu, Sr. Presidente, trata-se de um pedido de empréstimo feito pelo Senhor Presidente da República, objetivando a ultimar a contração de operação de crédito externo junto ao KFW — Kreditanstalt für Wiederaufbau, no valor de 30 milhões de marcos alemães, destinada ao co-financiamento do Programa Nacional de Meio Ambiente — PNMA, a ser executado pelo IBAMA — Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, sob a supervisão da Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.

PARECER Nº , DE 1992

Da Comissão de Assuntos Econômicos, em Plenário, sobre a Mensagem nº 271, de iniciativa do Senhor Presidente da República, solicitando seja autorizada a República Federativa do Brasil a ultimar a contração de operação de crédito externo junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau — KFW, no valor de até DM 30.000.000,00 (trinta milhões de marcos alemães), destinada ao co-financiamento do Programa Nacional de Meio Ambiente — PNMA, a ser executado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, sob a supervisão da Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.

O Senhor Presidente da República fez encaminhar ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicitação no sentido de que seja autorizada

a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até DM 30.000.000,00 (trinta milhões de marcos alemães).

A referida operação, a ser contratada junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau — KFW, tem por escopo prover os recursos necessários ao co-financiamento do Programa Nacional de Meio Ambiente — PNMA.

A execução do Programa estará a cargo do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, sob a supervisão da Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.

De acordo com a Exposição de Motivos do Sr. Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, que acompanha a Mensagem Presidencial, é o seguinte o perfil da operação no tocante às condições financeiras básicas:

- a) Credor: Kreditanstalt für Wiederaufbau — KFW;
- b) Valor: DM 30.000.000,00 (trinta milhões de marcos alemães);
- c) Juros: 4,5% a.a., exigíveis semestralmente;
- d) Amortização do principal: será efetuada em 31 (trinta e uma) parcelas semestrais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 31-10-96 e a última em 31-10-2011;
- e) Comissão de compromisso: 0,25% a.a., exigível semestralmente.

No que concerne aos mecanismos de controle das operações de crédito, estabelecidos a nível constitucional pela Carta de 1988 e regulamentados pela Resolução nº 96/89, do Senado Federal, cumpre explicitar que:

1) A legalidade da minuta do contrato foi atestada por parecer competentemente emitido pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, através do Parecer nº 741/92, cujas cópias se encontram apensadas ao processo;

2) As exigências relativas às finanças externas da União, tomadora do empréstimo, em conformidade com o art. 4º, § 3º, alínea g, da Resolução nº 96/89, foram satisfatoriamente atendidas segundo atesta o Departamento do Tesouro Nacional — DTN em Parecer DTN/COREF, DIREF/ nº 144/92;

3) O cronograma estimativo da alocação de recursos, discriminado por fontes tem a seguinte composição:

em US\$ milhões

Fonte/Ano	1992	1993	Total
Bird (3173/BR)	8,00	5,25	13,25
KFW	5,00	11,30	16,30
União	4,80	5,38	10,18
Total	17,80	21,93	39,73

4) Quanto às exigências constantes da Portaria MEFP nº 497/90, o Parecer DTN/COREF/DIREF/ nº 144/92 esclarece o seguinte:

a) O Departamento de Orçamento da União informou via fax de 3-6-92 (fls 309/10), que o Orçamento Geral da União/Ibama não contempla dotação para ingresso dos recursos externos (Fonte 148) e para pagamento de juros e comissão de compromisso previstos para este ano. Entretanto, aquele Departamento está providenciando a alteração do quadro detalhado da despesa do Ibama, visando incluir no Orçamento daquele instituto o ingresso de recursos na subatividade 20701.030170103.4093.0003 (Implementação e Manejo da Unidade de Conservação).

Por se tratar de alteração de competência do Executivo, equacionável pelo DOU, entendeu o DTN não se configurar a restrição em impeditivo concreto ao pleito;

b) **Inclusão no Plano Plurianual** — O programa encontra-se contemplado no Plano Plurianual — PPA, de que trata a Lei nº 8.173/90, dentro do Subprograma 0103, "Proteção da Flora e Fauna", a ser executado pelo Ibama, conforme relatório do Departamento Nacional de Planejamento e Avaliação (DNPA);

c) A operação encontra-se dentro dos limites de endividamento estabelecidos pela supracitada Resolução nº 96/89, do Senado Federal;

d) As demais formalidades prévias à contratação do empréstimo externo prescritas na Constituição Federal e na Resolução nº 96/89, do Senado Federal, foram satisfatoriamente atendidas.

A oportunidade e a conveniência da contratação do crédito têm sua finalidade centrada na necessidade premente de se oferecer os recursos indispensáveis à consecução do objetivo de implementação e manejo sustentado de Unidades de Conservação, especialmente ameaçadas, ao mesmo tempo em que se criam condições para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, com vistas a contribuir para a preservação e defesa da biodiversidade, clima, água e fertilidade do solo.

Em face do exposto, somos favoráveis à autorização pleiteada nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 50, DE 1992

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até DM 30,000,000.00 (trinta milhões de marcos alemães), junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau — KfW, destinada ao co-financiamento do Programa Nacional do Meio Ambiente — PNMA.

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente de até DM 30,000,000.00 (trinta milhões de marcos alemães), junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau — KfW.

Parágrafo único. A operação de crédito externo definida no caput deste artigo destina-se ao co-financiamento do Programa Nacional do Meio Ambiente — PNMA, cujo órgão executor é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, sob a supervisão da Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

- a) **credor:** Kreditanstalt für Wiederaufbau — KfW;
- b) **valor:** até DM 30,000,000.00 (trinta milhões de marcos alemães);
- c) **juros:** 4,5% aa, exigíveis semestralmente;
- d) **amortização do principal:** a ser efetuada em 31 (trinta e uma) parcelas semestrais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 31-10-96 e a última em 31-10-2011;
- e) **comissão de compromisso:** 0,25% aa, exigível semestralmente.

Art. 3º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cabe-me, ainda, Sr. Presidente, fazer duas observações. A primeira é que este projeto de resolução se faz possível

em função de decisão de prorrogar, através da Resolução nº 17, de 5-6-92, a vigência da Resolução nº 96/89.

Segundo, informo que fui procurado por diligentes assessores do Ibama, dentre eles eu gostaria de ressaltar a figura de um velho amigo e técnico, com inestimáveis serviços prestados à política de desenvolvimento urbano e de desconcentração regional deste País, o arquiteto Militão de Moraes Ricardo, cuja visita registro neste momento, repito, pelo reconhecimento à competência e dedicação desse entusiasta servidor do nosso País.

Por tudo isto, o parecer é favorável, cuja leitura neste momento encerro.

O Sr. Garibaldi Alves Filho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O parecer conclui pela apresentação do projeto de resolução que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até DM 30,000,000.00 (trinta milhões de marcos alemães), junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau — KfW, destinada ao co-financiamento do Programa Nacional do Meio Ambiente — PNMA, a ser executado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria será realizada na sessão de amanhã, em virtude da falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência concede a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

S. Exª não se encontra no plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há alguns dias passados, Sr. Presidente, manifestei a minha preocupação com relação a uma decisão anunciada no bojo dos trabalhos da Reforma Fiscal, dos projetos a serem encaminhados pelo Grupo de Reforma Fiscal do Governo, decisão esta que redundaria na pura e simples extinção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, na qualidade de Presidente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que estudou detida e profundamente as irregularidades na gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, manifestei minha estranheza pelo fato de o Governo ter decidido, através dessa Comissão, simplesmente extinguir o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço sem uma discussão mais aprofundada. A Comissão, ao longo de quase um ano de trabalho, não chegou à conclusão de que o Fundo deveria desaparecer, mas sim de que deveriam ser realizadas modificações na sistemática do FGTS. A Comissão, tendo à frente o Presidente e o Relator, entregou a V. Exª, Sr. Presidente Mauro Benevides, há 10 dias, um projeto de lei no qual propõe uma série de modificações à atual legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

A solução não é extinguir esse Fundo, que é uma conquista dos trabalhadores. A solução é aperfeiçoar a sistemática do Fundo, corrigir-lhe os desvios, punir aqueles que estão praticando irregularidades na sua gestão. A solução é, sobre-

tudo, reforçar os poderes do Conselho Curador do FGTS, medida que é proposta no projeto de lei apresentado por essa CPI. A proposição prevê que a bancada dos trabalhadores no FGTS tenha uma representação proporcional à bancada patronal e à do próprio Governo e que se permita, até mesmo, rodízio na Presidência do FGTS, rodízio que, hoje, não é permitido; a presidência é ocupada apenas por um membro do Governo.

Portanto, no instante em que volto à tribuna, quero dizer que o Governo, finalmente, teve um gesto de bom-senso, e a comissão que trata da reforma fiscal resolveu desistir de propor a extinção do FGTS. As notícias que temos é que a Comissão não encaminhará nenhum projeto nesse sentido, o que acredito que se transformaria numa verdadeira "Batalha de Itararé" e seria rejeitada, aqui, no Congresso Nacional. Não se pode cogitar da extinção dessa conquista, através, puramente, do resultado de uma discussão que não incluiu os trabalhadores, que são ou que deveriam ser os donos do patrimônio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Faço este registro para dizer que prevaleceu o bom-senso. Certamente, o Ministro do Trabalho e Previdência Social, Sr. João Mellão, que se mostrava inconformado com a extinção do FGTS, deve ter concorrido para que o Governo terminasse por optar por não mandar a esta Casa a extinção do FGTS. Com essa comunicação, quero dizer, até mesmo em nome daquela CPI, que nós iremos aguardar, agora, que o Congresso Nacional aprove o projeto de lei que foi enviado a esta Casa aperfeiçoando a sistemática do FGTS.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Pois não, nobre Senador. Ouço o aparte de V. Exª

O Sr. Eduardo Suplicy — Nobre Senador Garibaldi Alves Filho, quero, primeiro, aproveitar a oportunidade para cumprimentar V. Exª pelo seu trabalho como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que examinou a forma como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço tem sido gerida. Avalio que houve um avanço muito grande, neste ano e meio, em relação à consciência do que se passava com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Isso decorreu de diversos fatores: de um lado, o esforço por parte da Bancada dos Trabalhadores no Conselho Curador, que foi um dos segmentos da sociedade que mais estimulou a criação da CPI. Em segundo lugar, no Congresso Nacional, diversos Parlamentares, em especial os que compuseram a CPI, fizeram esforços no sentido de destrinchar o que ocorria com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Lembro-me, Senador Garibaldi Alves, de ter sido esta uma das minhas primeiras preocupações quando eleito Senador. Já na primeira semana de nossos trabalhos, fiz uma visita ao então Presidente da Caixa Econômica Federal, Lafaiete Coutinho. Estávamos no final de janeiro, início de fevereiro de 1991, e na ocasião pedi-lhe informações relativas à destinação dos recursos do Fundo de Garantia. Lembro-me perfeitamente de S. Sª ter dito que, caso, por uma CPI, eu solicitasse informações detalhadas sobre a destinação daqueles recursos, ele próprio não teria meios de enviá-las no prazo de 24, 48 horas. Mencionou, na ocasião, que a bancada de trabalhadores havia, justamente, encaminhado um questionário com cerca de 100 perguntas sobre a destinação dos recursos, e ele se via em grandes dificuldades para respondê-lo. Informou-me ainda que a Caixa Econômica Federal tinha ficado dois anos sem apresentar demonstrações financeiras, balanços, tal era a desordem que caracterizava

o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, bem como outros recursos administrados pela Caixa, particularmente fundos de natureza social. De lá para cá, Senador Garibaldi Alves, percebo um avanço no sentido de o Congresso Nacional e os representantes dos trabalhadores no Conselho Curador terem obtido muito mais informações. As informações muitas vezes são a caracterização de sobrefaturamento, da falta de critérios; da existência de critérios muitas vezes mais políticos do que de natureza sócio-econômica ou de relações de custo e benefício social que pudessem justificar investimentos. São as pressões de diversos grupos empresariais, de empresas construtoras que muitas vezes preponderam ao lado das pressões políticas nem sempre condizentes com aquilo que fosse a defesa do interesse público. Acredito que distorções nunca antes reveladas também têm sido registradas sobre para onde vão os recursos. Os próprios critérios de distribuição regionais não eram bem pensados; não havia uma reflexão. A Constituição brasileira diz que se faz necessária a melhor distribuição da renda, a distribuição de recursos para as áreas mais carentes. Se de um lado isso poderia justificar maior contribuição aos Estados mais pobres, não havia propriamente um padrão, um critério adequado sobre, por exemplo, quanto deveria ir, minimamente, para a cidade de São Paulo, que é exatamente o lugar de onde parte a maior proporção de contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Isso ainda não está bem delineado, mas o que se verificou foi uma distorção na medida em que de São Paulo tantos recursos de destinação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço saem e para São Paulo tão poucos recursos são encaminhados. Verifica-se no caso — quem sabe? — uma predisposição negativa em função de a cidade estar sendo administrada por um partido que não seja o da preferência do Governo. Alguns poucos projetos têm sido aprovados, mas relativamente muito poucos. Ainda neste domingo, o jornal **O Estado de S. Paulo**, publicou nova informação, decorrente exatamente do esforço da bancada dos trabalhadores no Conselho Curador levantando informações sobre como instituições públicas, inclusive o próprio Banespa, têm faltado com compromissos de pagamentos junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Estou de acordo com V. Exª, Senador Garibaldi Alves, quando diz que é necessário um aperfeiçoamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para haver maior transparência, maior participação dos segmentos da sociedade e, em especial, dos trabalhadores, que são proprietários nominais. Tenho certeza de que foi em grande parte graças ao esforço dos que participaram da CPI presidida por V. Exª que hoje sabemos muito mais a respeito desse assunto, daí a importância de examinarmos o projeto que se constituiu no resultado da CPI. Muito obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Senador Eduardo Suplicy, o testemunho de V. Exª é muito importante e valioso, devido à própria participação de V. Exª nos trabalhos daquela CPI.

V. Exª, que já havia manifestado preocupação muito antes da constituição da CPI, aproveitou o seu funcionamento para dar vazão a ela, participando ativamente dos trabalhos e constatando aquilo que é uma realidade: o FGTS, hoje, é uma grande fraude com relação ao patrimônio do trabalhador.

O FGTS, hoje, se constitui, na verdade, numa grande decepção, daí o anúncio da sua extinção, Sr. Presidente, não provocar aquela comoção que deveria ter provocado. Falar-se simplesmente em extinguir o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço deveria ter causado uma verdadeira comoção nos

trabalhadores, e isso não se verificou. É que estamos perdendo a capacidade de indignação. As coisas estão acontecendo no nosso País de uma maneira tão surpreendente e vergonhosa, que estamos perdendo capacidade de indignação.

O Sr. Esperidião Amin — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Garibaldi Alves?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Pois não, Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin — Gostaria de fazer duas consignações, sob a forma de aparte, ao pronunciamento de V. Ex^a Primeiro, permito-me fazer não uma divagação, mas uma reflexão. Concordo inteiramente com V. Ex^a que deveria provocar — não sei se provocaria, mas deveria provocar — uma grande comoção a extinção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — foi o que ouvi V. Ex^a, agora, dizer. Recordo-me — era garoto ainda, permito-me dizer isso — quando o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi instituído no nosso País. Faço questão de registrar que ele foi instituído, salvo engano da minha memória, no governo do Presidente Castello Branco, que foi lembrado na última sexta-feira, aqui, pelo meu ilustre companheiro de Bancada do PDS, Senador Jarbas Passarinho. Quando o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi criado sobram vozes dizendo que era uma forma de espóliar os direitos dos trabalhadores brasileiros. Vigorava à época o instituto da estabilidade após o décimo ano de serviço, que era evitado principalmente pelas grandes empresas e, não raro, pelas multinacionais que operavam no nosso País. Então, a título de reflexão, quero confirmar o que disse V. Ex^a: deveria causar uma grande comoção no nosso País a ameaça de extinção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, porque ele é uma boa instituição. É uma instituição muito melhor do que aquela outra substituída pelo FGTS; que o antecedeu, portanto. Segundo, quero confirmar as palavras de V. Ex^a, ditas com a autoridade de quem presidiu com muita lucidez uma comissão parlamentar de inquérito que talvez não tenha ganho a notoriedade ou mesmo a notabilidade devida, mas que foi fundo na busca das distorções de gestão do Fundo de Garantia. Por essa razão, saúdo também a colocação que V. Ex^a faz a propósito do recuo que o Governo, ao que tudo indica, confirmou no tocante à extinção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e à sua substituição radical e total por um outro mecanismo de proteção ou de desproteção — não se sabia ainda, isso é uma cogitação — do trabalhador brasileiro. E considero esse recuo tão bom quanto o de maior alcance, mas igualmente bom, que o Governo fez na questão da educação. Foram dois bons recuos. Em ambos os casos funcionou satisfatoriamente aquela parábola — dizem que é nordestina — do bode na sala: trouxeram o bode, amarraram à mesa da sala de visitas, houve aquele mal-estar durante alguns dias, todas as pessoas de bom senso na casa condenaram a presença do bode na sala de visitas, e finalmente se tirou o bode e houve o aplauso de todos, e não se discutiu mais nenhum daqueles assuntos que existiam antes da introdução do bode na sala, que aliás não foi ali colocado de graça, mas exatamente para afastar os circunstantes dos temas que perturbavam a vida naquela sala de visitas. Não sei se o Governo recuou ou simplesmente tirou o bode, porque a extinção do Fundo de Garantia e a redução, ou a dispensa, dos percentuais referentes aos investimentos em educação eram propostas tão descabidas que mereciam, em princípio, uma repulsa grande de todos nós, Senadores e Parlamentares, no caso da educação liderados pelo Senador João Calom, no caso

do Fundo de Garantia do tanto quanto como V. Ex^a têm conhecimento da causa e de causa; as duas sugestões foram tão prontamente repelidas — mas ficaram ainda algum tempo no ar — que podem ser perfeitamente comparadas ao bode da história. Faz bem tirar o bode da sala, mas não devemos nos esquecer da manobra, porque certamente havia alguma razão para nela introduzi-lo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Senador Esperidião Amin, concordo inteiramente com V. Ex^a na reflexão que acaba de fazer, inclusive na conclusão, em que usa a sabedoria de uma história folclórica do nosso Nordeste.

Na verdade, o que cabe esperar agora é que o Governo, depois que falou, cagitou, chegou a propor numa comissão a extinção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, possa afinal reconhecer que as coisas não vão bem, porque o nosso testemunho, o do Senador Eduardo Suplicy, o de V. Ex^a o meu, o de tantos quantos participaram daquela comissão é que o fundo vai muito mal, mas não é o caso de liquidá-lo, de se acabar com ele; é um problema, sobretudo, de gestão.

Ora, cabe ao Governo participar de um trabalho que possa concluir pelo aperfeiçoamento dessa gestão. O Governo, na verdade, adotou simplesmente uma posição de suicídio total, de omissão total, ao porpor, através dessa comissão, a extinção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Mas resta a esperança, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de que outras vozes, no seio do próprio Governo, venham a ser ouvidas e, afinal, seja realizado um trabalho de verdadeiro mutirão, pelo qual se possa aperfeiçoar a gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Comunico a esta Casa que havia proposto a convocação do Ministro do Trabalho, João Mellão, para explicar a anunciada extinção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. É evidente que a esta altura não se faz mais necessário que a nossa proposta tramite nesta Casa, já que o Governo recuou dessa disposição.

O Sr. Esperidião Amin — Senador Garibaldi Alves Filho, permite-me?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Pois não.

O Sr. Esperidião Amin — Vou me permitir, a título de aparte, fazer uma sugestão. E até me proponho a — caso a acate — subscrever, junto com V. Ex^a, esse requerimento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Pois não, Senador.

O Sr. Esperidião Amin — O ano passado — V. Ex^a se recorda — por sugestão de V. Ex^a, houve a primeira das convocações do então Ministro Antônio Rogério Magri; também por solicitação do Senador Almir Gabriel. É a pergunta que movia o requerimento; de que resultou a presença do Ministro, era: “Que estudos estão sendo feitos para alterar a forma de aposentadoria?” Por exemplo, a fixação dos patamares de garantia, pelo sistema de seguridade oficial. E as respostas, sempre precárias, diziam que estudos eram muito incipientes, que não havia nada de oficial, ou mesmo de oficioso, para se dar a conhecer. Então, talvez se justifique não convocar o Ministro, mas pelo menos um requerimento de informações, para se saber o que há — porque alguma coisa há. Chegou a haver o anúncio dessa alteração no ano passado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Para saber por que o bode foi colocado na sala.

O Sr. Esperidião Amin — Volta-se a falar no mesmo bode. Ou o bode está muito prestigiado ou é muito necessário. E para não recebermos, daqui a pouco, o bode de novo, pelo menos pergunte-se quem é o dono do bode, qual é o tamanho, qual é a idade. Porque é a terceira vez que esta dúvida nos assalta nesta legislatura. Ou seja, em 1991 e 1992 pelo menos três vezes, por ocasião do Emendão, à época da discussão da Lei de Custeio e Benefícios, e agora, no encaminhamento do chamado ajuste fiscal, esse bode aparece. Aparece e desaparece, mas, ao desaparecer, continua existindo. Quanto ao requerimento de informações, sugiro que V. Ex^a o lidere, e eu prontifico-me a co-subscrevê-lo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Agradeço a V. Ex^a A sugestão dada por V. Ex^a é muito pertinente. Deveríamos, agora, em vez de partir para a convocação, ou aguardar aqui a aprovação do requerimento de convocação do Ministro do Trabalho, substituíríamos essa medida pela apresentação de um requerimento de informações, porque o assunto não pode continuar a ser tratado dessa maneira. O Governo tem que encarar com a maior seriedade o problema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Quero, por último, Sr. Presidente e Srs. Senadores, louvar o trabalho da Bancada do Partido dos Trabalhadores, inclusive dentro dos trabalhos da própria CPI, e dizer que a nossa expectativa é que realmente o Governo possa agir de outra maneira.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Concedo o aparte ao nobre Líder do PMDB, o nosso Líder, Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Felicito V. Ex^a pelo seu pronunciamento, que é muito oportuno, particularmente pelo fato de ter sido V. Ex^a o Presidente da Comissão de Inquérito que foi criada com o objetivo de investigar a aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Aliás, aproveito para, em nome da Bancada do PMDB, registrar o nosso aplauso pela maneira séria, competente e discreta com que V. Ex^a se houve no desempenho dessa importante missão que lhe foi confiada. O que não é de admirar, porque conheço o modo de ser de V. Ex^a, o seu espírito público e a sua disposição de estudar, em profundidade, todos os temas que são afetos à sua atuação parlamentar. No momento em que se anunciou a possibilidade de extinção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no bojo da reforma que o Governo está encaminhando ao Congresso Nacional, embora de maneira informal, V. Ex^a fala, neste momento, não apenas em nome pessoal, mas em nome de toda a nossa Bancada e, por que não dizer, do Senado, porque o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ao longo do tempo, desde que se extinguiu a estabilidade do trabalhador, na gestão do Presidente Castello Branco, na gestão do Ministro Roberto Campos, no Planejamento, transformou-se num instrumento eficaz de poupança do trabalhador, cujos recursos se destinam a financiar a sobrevivência da sua família, sobretudo durante o tempo em que fica desempregado. Portanto, não há por que pensarmos em apoiar a idéia de sua extinção, que é realmente funesta, do ponto de vista social. Sabe V. Ex^a que estamos no contexto de uma política econômica recessiva, que, por isso mesmo, paralisa as atividades produtivas, leva ao desemprego crescente — não me canso de repetir que em São Paulo há mais de dois milhões de desempregados — e a um arrocho salarial sem precedente na nossa história.

É claro que, com isso, a crise social vem se agravando. E nós admitirmos, nesse instante, a possibilidade de extinção do FGTS seria colocar mais um condimento na situação de dificuldades em que vive o trabalhador; dificuldades crescentes que atingem a grande maioria dos que vivem sem salários. Portanto, receba V. Ex^a o nosso apoio. Nós nos incorporamos ao seu apelo, no sentido de que essa idéia não passe apenas de uma simples possibilidade, que teria sido colocada no meio das alternativas governamentais que compõem as propostas de reforma fiscal que está encaminhando, informalmente, ao Congresso Nacional. Aliás, por falar em reforma fiscal, aproveito a ocasião para lembrar a V. Ex^a e ao Senado que, até hoje, pelo menos que eu saiba, nem sequer os Líderes do Senado receberam a cópia desse material que, oficiosamente, foi encaminhado pelo Executivo ao Relator da matéria na Câmara dos Deputados, o Deputado Benito Gama. Acho que o Governo, em vez de ter-se comportado assim, deveria, sim, ter encaminhado ao Congresso Nacional uma mensagem, com a nova versão da reforma fiscal. Nós estamos em tal dificuldade, nesse particular, por desconhecer totalmente os principais aspectos dessa reforma, que, até quando a imprensa nos procura para uma entrevista, não podemos adiantar nada, porque não conhecemos substancialmente o pensamento do Governo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Senador Humberto Lucena, quero agradecer-lhe por seu testemunho. Quero dizer também que esperamos, à frente daquela CPI, ter correspondido à confiança e ao apoio que foi dado por V. Ex^a aos nossos trabalhos na qualidade de Líder do PMDB.

Quero dizer da nossa apreensão, porque, na verdade, essas medidas são anunciadas, e, depois, o Governo as retira, há um recuo como o ocorrido há poucos dias. Mas, de qualquer maneira, permanece uma insegurança na classe trabalhadora do nosso País, que, com disse V. Ex^a, está sendo castigada por uma recessão cruel que tem cobrado dividendos em relação ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, porque a receita do FGTS tem caído de uma maneira assustadora.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, era esse o registro que desejava fazer na tarde de hoje.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rachid Saldanha Derzi, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador Rachid Saldanha Derzi, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero fazer um comentário a respeito de uma declaração do Presidente do Banco do Brasil, Lafaiete Coutinho, que mencionou, em entrevista a diversos jornais que circularam no sábado que este Senador havia quebrado o sigilo bancário ao divulgar que a empresa Cetenco recebera do Banco do Brasil empréstimo entre um milhão e um e meio milhão de dólares.

Quero informar ao Sr. Lafaiete Coutinho, presidente do Banco do Brasil, que, de forma alguma, quebrei o sigilo. Quem revelou, em seu depoimento ao delegado Paulo Lacerda na Polícia Federal que a Cetenco houvera recebido no segundo semestre de 1991 o mencionado empréstimo foi o próprio

Sr. Renato Jorge Sarti, diretor financeiro da Cetenco Engenharia S.A. E o mesmo Renato Jorge Sarti revelou que a EPC — Empresa de Participações e Construções — do Sr. Paulo César Farias havia sido contratada para prestar assessoria tributária. Para isso, a Cetenco pagou à EPC a quantia de 206,5 milhões de cruzeiros por serviço de assessoria econômica e fiscal, conforme cópia da nota fiscal publicada hoje pelo *Jornal do Brasil*, página dois.

Avalio como importante que a Comissão Parlamentar de Inquérito que examina esses fatos possa ouvir do Sr. Lafaete Coutinho se, porventura, houve alguma relação de causa e efeito entre as ações da empresa de Paulo César Farias e as decisões de empréstimos realizados pelo Banco do Brasil. Claro, o Presidente do Banco do Brasil informou que a decisão não foi apenas deles, mas de um conselho do Banco do Brasil que aprova empréstimos tão volumosos quanto esse. É mais uma razão para que explique quais foram os critérios de destinação desses empréstimos, do Banco do Brasil. Isso se torna bastante relevante na medida em que o próprio Senhor Paulo César Farias disse que tinha um relacionamento próximo ao Sr. Lafaete Coutinho e ao Sr. Álvaro Mendonça.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a revista *Veja*, publicada neste final de semana, datada de 22 de julho, de 1992, traz matéria da maior importância, denominada "As vozes da conexão", assinada pelo jornalista Mário Rosas, em que o ex-Deputado Sebastião Curió diz que o Presidente Fernando Collor mandou Paulo César Farias dar 120 mil dólares para sua campanha. Nessa reportagem, exibe três gravações como provas de sua denúncia:

AS VOZES DA CONEXÃO

O ex-Deputado Curió diz que Collor mandou PC Farias dar 120.000 dólares à sua campanha e exibe três gravações como provas de sua denúncia

No dia 12 de julho de 1990, uma quinta-feira, o ex-Deputado Sebastião Moura, o "Curió", esteve no Palácio do Planalto para uma audiência com o Presidente Fernando Collor. Os dois tiveram um segundo encontro, rápido e casual, na noite de 1º de setembro, um sábado, no restaurante Florentino, em Brasília. Depois dessas duas conversas, colocou-se em movimento uma operação destinada a enviar cerca de 120.000 dólares aos cofres do comitê eleitoral de Curió, na época candidato a deputado federal pelo PRN do Pará. O então Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, telefonou para Curió. Seguindo orientação de Collor, Cabral avisou o candidato que seria procurado por um emissário do presidente. Vinte e quatro horas depois, o empresário Paulo César Farias, o PC, ligou para Curió, falou em nome daquele "nosso amigo" e acertou a entrega do dinheiro em duas parcelas. PC ainda pediu ao candidato que, em agradecimento, telefonasse para Luiz Adelar Scheuer, executivo da multinacional alemã Mercedes-Benz e atual presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, a Anfavea.

É exatamente Sebastião Curió, um dos implicados, quem relata esses fatos. Ainda hoje cedo ouvi a entrevista feita pela Rádio Eldorado com o ex-Deputado Sebastião Curió, oficial do Exército, que se tornou muito conhecido por sua ação em Serra Pelada. Trata-se de um crime eleitoral mas,

também, se comprovados tais fatos, de um crime de tráfico de influência. E, nesse caso, há provas materiais do crime.

É o cheque do Banco Rural nº 42.680 depositado na conta de Curió numa agência do Banco Bamerindus, em Marabá, no valor de 5 milhões de cruzeiros, ou 59.000 dólares, referente à segunda parcela do esquema. O ex-Deputado dispõe de testemunhas e documentos para sustentar o que diz. Mais. Tem fitas gravadas que permitem acompanhar didaticamente, as etapas da operação.

O conteúdo dessas fitas é revelado nesta edição da revista *Veja*.

Sebastião Curió é oficial da reserva, que trabalhou na área de informações, gravou os diálogos pelo método mais simples que existe: através da sua secretária eletrônica.

12 de Julho de 1990: No Planalto

Depois de peder o mandato em 1986, quando desistiu de concorrer devido a um problema na coluna vertebral, Sebastião Curió resolveu tentar a sorte eleitoral de novo em 1990. De olho em sua maior jazida eleitoral, os garimpeiros de Serra Pelada, na manhã de 12 de julho de 1990, uma quinta-feira, Curió foi ao gabinete de Fernando Collor para falar de ouro e votos. Os dois assuntos deixaram o Presidente tão interessado que ele mal prestou atenção aos pedidos do deputado que introduziu Curió na sala, o paulista Leonel Júlio, do PT do B. O deputado de São Paulo havia marcado a audiência e, num gesto de gentileza, concordou em dar uma carona palaciana ao colega. "Eu fiquei até meio chateado com o Curió, porque o presidente deu muito mais importância ao que ele dizia", lembra-se Leonel Júlio. Bernardo Cabral também participou do encontro.

No capítulo ouro, Curió conseguiu o que queria. O Planalto havia rascunhado um decreto retirando os garimpeiros de Serra Pelada, mas o candidato convenceu Collor a assinar um outro documento, autorizando a permanência dos eleitores de Curió no local até março de 1991. No capítulo votos, recebeu promessas e palavras de estímulo. "Eu te quero de volta para a Câmara", disse-lhe o Presidente numa conversa à parte, enquanto Cabral falava com Leonel Júlio, segundo o relato de Curió. "Eu precisó de um camarada lá que dê porradas firmes e você é bom nisso". O ex-deputado também recorda que, num outro intervalo da conversa, Bernardo Cabral lhe perguntou quanto necessitava para a campanha. "Eu disse ao ministro que precisava de uns 10 milhões de cruzeiros", conta o ex-deputado. "Curió pediu apoio político ao presidente, e o Presidente pediu que ele entrasse em contato comigo para passar para mim os telefones em que ele, Collor, pudesse encontrá-lo", confirma Cabral. O ex-ministro nega, no entanto, que tenha conversado sobre cifras com Curió.

1º de setembro de 1990: Jantar

Não houve telefonemas por mais de um mês e meio de pois do encontro de Curió com Collor no Planalto. Nesse período, Curió tocou a campanha com suas próprias forças e a ajuda de Lucas Orru, ex-assessor do embaixador Marcos Coimbra, cunhado de Collor e secretário da Presidência. Orru lhe arrumara

três Kombis, enviadas de São Paulo para o Pará. Na noite de 1º de setembro, sábado, o ex-deputado foi com a família assistir a um show da cantora Simone na Academia de Tênis de Brasília.

Depois do espetáculo, parou no restaurante Fiorentino. Ali, em outra mesa, sentou-se o Presidente Collor, que, em companhia da primeira-dama, Rosane, se rodeara de amigos. Além de Simone e Ísis de Oliveira, estava o colunista Ibrahim Sued. O Presidente bebeu uísque Logan, jantou pato com laranja. Ibrahim Sued recorda que "apareceu um chato que alugou o Presidente por um bom tempo". O colunista não sabe quem era. Era Sebastião Curió.

"O Presidente me viu e me chamou com o dedo", lembra-se ele. O candidato aproximou-se, e os dois conversaram de pé. Temeroso de que o prometido apoio presidencial ficasse nos favores do ajudante de Coimbra, Curió fez uma sondagem. "O Presidente perguntou como estava a campanha. Eu disse a ele que estava bem. Mas perguntei se deveria continuar buscando o apoio prometido junto ao doutor Orru. Ele me olhou, movendo o dedo indicador da mão direita, e disse: 'Não, não. O Bernardo vai lhe procurar e indicar a pessoa certa'". Menos de 48 horas depois, na segunda-feira, Cabral ligou para Curió.

Em três ocasiões, o ministro pronunciou a palavra "ele" na conversa telefônica. Cabral falou duas vezes a palavra "presidente" e usou a expressão "emissário dele". Curió colocou o fone no gancho, certo de que, ao falar "ele", o ministro da Justiça se referia a Collor. O "Presidente", por sua vez, seria Collor também. O "emissário" que o procuraria, concluiu, seria um enviado do Presidente. "Não podia ser outra pessoa. O emissário seria de quem? E o presidente, seria o presidente do quê? Da Petrobrás?", pergunta o ex-deputado. Ele não se recorda da hora exata do telefonema, mas lembra que "foi depois do almoço". "Acho que telefonei do Planalto, mas não tenho certeza", diz Cabral. O ex-ministro esteve efetivamente no gabinete de Collor, no dia 3 de setembro e, no início da tarde, foi visitar o Senador Jarbas Passarinho, seu sucessor na pasta da Justiça. "Cabral apareceu por volta das 2 e meia da tarde e comentou que estava saindo do gabinete do Presidente", recorda-se Passarinho.

No dia seguinte, terça-feira 4 de setembro, PC Farias falou ao telefone com Curió. O empresário não pronunciou o nome de nenhuma autoridade, apenas o de sua secretária Marta Vasconcellos e de Rosa, possivelmente Rosinete Melanias, as mesmas que prestaram depoimento à CPI, e do executivo da Mercedes, Schueuer. PC falou de dinheiro e se referiu a "nosso amigo" em duas ocasiões. "Ele falava do Presidente Collor", afirma Curió, "tanto que, depois, o doutor Paulo César mencionou o escritório de campanha do 'nosso amigo' onde eu deveria buscar o dinheiro. Era o comitê de Collor que funcionava nesse lugar". Hoje, o endereço que serviu de QG para a campanha eleitoral de Collor abriga uma das empresas de PC, a Brasil-Jet. Foi ali que o dinheiro apareceu, em duas parcelas de 5 milhões de cruzeiros, entregues a uma pessoa da confiança de Curió. No terço final do telefonema, Paulo César Farias pediu que Curió telefonasse no dia seguinte a Schueuer, para agradecer a "contribuição".

20 de Setembro de 1990: A grana

Curió teve o cuidado de ligar para Luiz Schueuer na Mercedes e não entrar em "detalhes", como recomendara o tesoureiro de Collor. "Hoje eu não sei se o doutor Paulo César pediu ao doutor Schueuer um apoio de apenas 10 milhões, ou se ele pediu 1 milhão de dólares usando meu nome", afirma o ex-deputado, expondo uma dúvida compartilhada por Bernardo Cabral. No dia que fez a promessa, os 10 milhões de cruzeiros equivaliam a 140.000 dólares, mas a primeira parcela demorou duas semanas para sair. O candidato chegou a ir diversas vezes ao "escritório do nosso amigo", onde era recebido por Marta Vasconcellos. "Falei com ela e disse que a parcela estava atrasada", conta Curió. "Numa dessas oportunidades, a Marta me disse que aquilo estava fugindo da sua alçada e que eu deveria ligar para dona Rose". O ex-deputado guarda os registros desses telefonemas a Rose do escritório de PC em São Paulo e tem também a cópia de conta de uma ligação, feita de sua casa, em Brasília. No dia 20, quando faltavam menos de quinze dias para a eleição, a primeira parcela saiu. Coincidência: na véspera, PC Farias esteve no gabinete da então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, batalhando pelos interesses da Mercedes-Benz, a empresa onde trabalha Luiz Schueuer. Naquele dia PC entregou à ministra um bilhete, pedindo que modificasse uma resolução do presidente do BNDES, Eduardo Modiano, que garantia uma reserva de mercado para as montadoras brasileiras de ônibus, as únicas autorizadas a fazer vendas financiadas com dinheiro público para as prefeituras municipais.

Depois de um telefonema com a boa nova, Curió despachou um emissário para a Brasil-Jet. Essa pessoa foi encaminhada para uma sala onde se encontrava o comandante Jorge Bandeira, um dos braços monetários de PC Farias. Bandeira — que já depôs aqui dizendo que não fazia essas coisas — sacou do talão e assinou um cheque no valor de 5 milhões de cruzeiros. O enviado de Curió lhe relatou que assistiu a uma cena muito estranha. Bandeira assinou um cheque de um talão do Banco Rural que não levava seu próprio nome, mas o de José Carlos Bonfim em conta conjunta com Regina Silva Bonfim, com o CPF de 289.853.037-91, titular da conta 01 06101-2. O cheque era uma obra de falsificação nas mãos do auxiliar de PC Farias. O CPF 289.853.037-91 não pertence ao comandante Jorge Bandeira e a nenhum José Carlos Bonfim, mas a um veterano funcionário do Banco do Brasil chamado Luiz Carlos Dutra do Carmo, 50 anos, que reside em Niterói: "Tive até problemas por causa disso quando fui pedir um cartão de crédito", conta Dutra do Carmo, que não tem nada a ver com a história. "Fui investigar e descobri que era um caso de estelionato."

Srs. Senadores, aqui está já o sétimo caso de pessoa relacionada ao Sr. Paulo César Farias que parece não existir ou que usa de conta falsa. Mas aqui temos a informação de que José Carlos Bonfim e/ou Regina Silva Bonfim eram os nomes que estavam no talão de cheques assinado pelo Comandante Jorge Bandeira de Melo.

A que ponto chegamos!

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Eduardo Suplicy, estou ouvindo, com muita atenção, a referência de V. Exª a esta reportagem da revista *Veja*, que considero hoje uma imprensa “marrom”. Seu êxito de vendagem é feito à custa de escândalos e de denunciar pessoas, algumas muito ilustres, como tive ocasião de protestar aqui contra uma reportagem feita a um homem, Líder do Governo nesta Casa, o Senador Marco Antônio Maciel. Esta revista citou-o como um homem que não tinha nenhuma capacidade para ser membro da Academia Pernambucana de Letras, querendo levá-lo ao ridículo. Na semana passada, ela mostrou em sua capa, também tentando levar ao ridículo, o Presidente do Banco do Brasil, e eu dei a resposta à altura, mandando um recado ao Sr. Roberto Civita, dizendo-lhe que o homem que coloca chapéu de couro na cabeça — e eu me orgulho de colocar um chapéu de couro na cabeça — Senador Eduardo Suplicy, é o nordestino, que trabalha de sol a sol, lutando naquelas terras calcinadas pela seca, dando assistência a toda a sua família. E, coincidentemente, a revista simplesmente enalteceu o Presidente do Banco do Brasil, porque quem usou o chapéu de couro na pequenina Paraíba se elegeu Senador da República, a quem neste momento presto as minhas homenagens, foi um dos grandes jornalistas deste País, Assis Chateaubriand. Agora, quanto a esta reportagem, só falarei depois que houver as provas contundentes. Mas surgirão os “papa capins”, os “curiós”, os “galos de campina”, como os “canários”, vai surgir agora muita gente deste tipo, como o ex-Deputado Curió, denunciando uma coisa que ele mesmo se beneficiou para se eleger. Desafio, Senador, qualquer partido político neste País que não tenha recebido ajuda financeira de empresários para eleger candidato a Presidente da República, Deputado ou Senador. Precisamos, Senador Eduardo Suplicy, elaborar uma lei que acabe com essa farsa, acabe com aquilo que todos nós sabemos. Esse projeto do Senador Marco Antônio Maciel, de os partidos receberem ajuda oficialmente, é muito importante. Ninguém neste País, e eu não conheço país nenhum cujo político para se eleger não receba ajuda financeira, essa é a verdade dos fatos.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Permite-me um breve parêntese, Senador Ney Maranhão? Quero informar a V. Exª que vou falar da minha campanha para prefeito. Desautorizo qualquer contribuição de empresa à minha campanha.

O Sr. Ney Maranhão — O Partido de V. Exª nunca recebeu dinheiro para a campanha?

O SR. EDUARDO SUPLICY — De Pessoa Física poderá ter havido e houve contribuição de empresários, e vai continuar havendo.

O Sr. Ney Maranhão — Mas, claro, Senador, o partido de V. Exª recebe ajuda de empresas, como a linha auxiliar do Partido de V. Exª, a CUT, recebe ajuda internacional a qual precisa de uma prestação de contas! Acredito que preste, eu acredito inclusive que a CUT aplica bem o seu dinheiro — e eu não discuto esse assunto. Agora precisamos é fazer uma coisa, Senador, que a política eleitoral se moralize. V. Exª foi testemunha, como todo o Senado, quando eu falei sobre sonegação e sobre força de expressão, mostrei ao País as coisas com o respeito a esse problema da luta contra a sonegação. Temos dados aqui Senador sobre isso. Só no Esta-

do de V. Exª, hoje, a dificuldade, eu não digo sonegação, mas dificuldade para pagar os impostos, é de 75% dos empresários pequenos, médios e grandes. Isso significa, Senador, quase duas vezes o orçamento do País. E já disse ao Presidente que quando essa Lei do Ajuste Fiscal chegar para ser discutida por nós serei um Senador, talvez não como Líder do Governo, como Líder do PRN, mas um Senador que irá lutar — e tenho certeza de que V. Exª também — para que não só 25 ou 30% dos empresários paguem os seus impostos, mas sim que todos venham a pagar. Temos que acabar com esse problema, Senador, e isso está nas nossas mãos, nas mãos do Congresso. Com relação a essa reportagem, acho-me no direito de julgar esse tipo de atitude desse Deputado. Temos que ter o cuidado, Senador, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, também, de evitar esse tipo de coisas, porque esse Deputado devia ter feito uma carta e procurado V. Exª há mais tempo. V. Exª, a quem tanto respeito, porque está nesta tribuna defendendo aquilo que acredita ser o melhor para o Brasil, e é por isso que penso sempre em V. Exª, como representante do PT e sempre o convindo a estar na tribuna e vice-versa. Mas, como dizia, esse Deputado deveria ter procurado V. Exª e alguns outros Senadores e denunciado à Nação tudo aquilo que estava ocorrendo. Mas agora, Senador, vão aparecer os “galos de campina”, os “pardais”, porque não querem que essa CPI atinja seu objetivo. Estive hoje almoçando com o Presidente do Eximbank do Japão, e S. Exª, num discurso curto, para que fosse ouvido pelo Líder da maioria no Senado, Senador Humberto Lucena, e pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, disse que há oito anos que este País está divorciado na área econômica internacional e, graças ao trabalho do Presidente Fernando Collor e do Ministro Marclio Marques Moreira, estávamos voltando à comunidade econômica internacional. Digo a V. Exª que houve muitos erros da parte do Presidente da República, mas considero que os acertos foram muito maiores. E o Brasil está voltando à comunidade internacional por uma questão de confiança. Hoje, nesse almoço, S. Exª emprestou ao País olares e ainda nos virão muitos outros empréstimos, depois de estarmos divorciados há oito anos da comunidade financeira internacional. Por mérito deste Governo, por esta luta que o Presidente, juntamente com o seu Ministro da Economia, estão travando, estamos tendo a oportunidade de voltar à comunidade financeira internacional. Isso significa desenvolvimento, Senador, e confiança neste País. Temos que acabar o mais rápido possível com essas denúncias, porque já ouvimos muitas testemunhas nesta CPI. Temos que deixar de dar crédito a esses “Curiós”, a esses “papa-capins”, a esses “canários” que só aparecem agora, mas que deviam ter denunciado à Nação, através dessa revista, o que estava ocorrendo, há muito tempo. O povo já está cansado disso. Nós estamos indo a fundo, pois queremos saber a verdade, mas há um limite de tempo, e isso já está cansando, Senador. Espero de V. Exª e dos membros da CPI que até o dia 11 de agosto encerramos e entreguemos a responsabilidade de quem é quem com relação a esse escândalo.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Senador Ney Maranhão, primeiro, agradeço suas palavras de respeito, e V. Exª sabe que esse respeito é mútuo, mas para que a Comissão Parlamentar de Inquérito possa concluir os trabalhos, é necessário que não haja qualquer tipo de obstrução por parte do Governo.

Conversei hoje, Senador Ney Maranhão, com o Presidente do Sindicato dos Funcionários do Banco Central —

SINAL — que estava muito preocupado com uma questão, ou seja, o fato de o Banco Central não ter agido de maneira suficientemente rápida no sentido de encaminhar à Comissão Parlamentar de Inquérito todos os documentos que têm sido solicitados.

O Sr. Ney Maranhão — Esse funcionário, se V. Ex^a o conhece bem, deu uma informação incorreta. Estive hoje com o Presidente do Banco Central, coincidentemente nesse almoço, e falei até brincando que estava preparando um esconderijo para ele, em uma praia em Pernambuco, e lhe daria a chave de hoje para amanhã. S. S^a me disse que sua conversa com o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Benito Gama, e com o Relator teria sido no sentido de entregar a documentação exigida pela comissão hoje, o que será feito. Informações desse tipo são extremamente complexas, e o Banco deve entregá-las acompanhadas de provas irrefutáveis, para que amanhã a Comissão não diga que o Banco Central está sabotando e que o Governo está prejudicando as investigações. V. Ex^a há de concordar que na questão dos bandidos de colarinho branco do INSS, graças à colaboração que o Governo deu à CPI, essas pessoas foram condenadas a duzentos anos, o que foi muito pouco. Deveriam ser condenadas a quinhentos, porque só foi confiscado o que eles tinham aqui, e com o que eles têm lá fora dá para viver o resto da vida como nababo. Devemos melhorar essas leis para corrigir essas distorções. Quanto ao Presidente do Banco Central, Francisco Gross, S. S^a me transmitiu hoje essas informações. O acerto que teve com o Presidente da CPI, Deputado Benito Gama, e com o Relator está sendo cumprido religiosamente dentro do prazo determinado.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Agradeço a informação que V. Ex^a traz. Esperemos até esta tarde, porque pela manhã ainda não haviam chegado os documentos solicitados pela subcomissão presidida pelo Senador José Paulo Bisol. Espero que realmente tenha o Presidente do Banco Central, Francisco Gross, cumprido o combinado, de maneira a podermos, o quanto antes, analisar essas informações.

O que eu soube, Senador Ney Maranhão, pelo Presidente do Sinal, foi que essas informações solicitadas pela CPI poderiam ser mais rapidamente encaminhadas. Por exemplo, como me explicou o Presidente da Associação dos Funcionários do Banco Central, o Banco tem em inúmeras oportunidades feito rastreamento de contas. Quando se quer fazer isso, por determinação do Presidente do Banco, este encaminha de pronto a solicitação ao Departamento de Fiscalização, que, dependendo da gravidade do fato, pode enviar auditores às instituições financeiras objeto da apuração. O auditor do Banco Central, ao ir a uma dessas instituições financeiras examinar esses documentos em uma hora obtém o rastreamento necessário.

O que me explicou o Presidente do Sinal foi que essas informações, quando há vontade, obtêm-se com relativa rapidez. De qualquer maneira, espero que estejam de fato chegando os documentos para não precisarmos denunciar qualquer tentativa de obstrução por parte do Governo.

Concluindo, Sr. Presidente, saliento a importância da gravidade da informação trazida pela Revista Veja — e hoje divulgada por toda a imprensa. Avalio, Senador Ney Maranhão, que se vai fazer necessário à CPI ouvir o ex-Deputado Sebastião Moura, o Curió, uma vez que os fatos que ele traz à tona são muito graves.

Evidentemente, ele próprio acaba se envolvendo. Ele confessa ter sido objeto ou instrumento desse tráfico de in-

fluência. Mas suas denúncias são importantes. Ele mencionou que o principal Ministro político à época, Bernardo Cabral, participou do evento com conhecimento do Presidente. Ele divulgou que o emissário foi o Sr. Paulo César Farias.

Ele informou que o Sr. Paulo César Farias foi à Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, a quem solicitou providências que eram de interesse da Mercedes Benz e que, logo após esse fato, a Mercedes Benz teria ajudado na campanha do Sr. Curió.

Os fatos são graves, as provas materiais existem. Existe a gravação por secretária eletrônica — não é vedado a qualquer cidadão ter gravação por secretária eletrônica quando é ele próprio que está falando.

Dessa maneira, os documentos são provas materiais. Obviamente, caberá à CPI analisá-los, mas ouvindo os testemunhos necessários.

É importante concluir a CPI o quanto antes, mas sem prejuízo da qualidade das apurações que se fazem necessárias, bem como da análise dos documentos.

As autoridades governamentais, de maneira alguma, não devem ser responsáveis pelo adiamento das conclusões da CPI. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Com a palavra o nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, como parlamentar, tenho conhecimento de 40 anos da vida pública. Participei neste País das mudanças de governo desde a época do Presidente Getúlio Vargas até esta crise artificial que está sendo hoje criada neste País. Vou ler primeiro um artigo magistral para depois fazer meus comentários.

Quando li esse artigo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, reportei-me ao passado. Lembrei-me da crise da República do Galeão, quando o grande Presidente Vargas foi obrigado a dar um tiro no coração. Recordei-me de quando tentaram evitar a posse do grande Brasileiro Jucelino Kubitschek.

Recordo-me, também, das “forças ocultas” que o Presidente Jânio Quadros não teve a coragem de enfrentar, aquelas pressões todas que, depois de sete meses, culminou com a renúncia de Sua Excelência. Isso numa época em que a Nação brasileira estava dando apoio incondicional ao Presidente Jânio Quadros e no momento em que o Brasil mais ouvia a Hora do Brasil através da cadeia nacional de rádio.

Vivi a crise de 64 e agora esta crise também artificial, quando estão tentando por todos os meios prejudicar uma conclusão da apuração que está sendo feita pela CPI. Disse muito bem o Senador Jarbas Passarinho: “Prefiro ser julgado pelo Satanás porque as coisas boas irão contar, do que ser julgado pelos homens porque, às vezes, o julgamento sai com muita mentira”.

O artigo de jornal fala sobre o Ministro Célio Borja, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, secretário da Educação de Carlos Lacerda e, hoje, Ministro da Justiça. Trata-se de um comentário do jornalista Ruy Fabiano, o qual vou passar a ler.

Peço a atenção deste Plenário, principalmente do Senador e Presidente Rachid Saldanha Derzi. Fomos companheiros, Deputados Federais nas bancadas do Rio de Janeiro no Palácio Tiradentes. O senador Humberto Lucena, naquela época, pertencia ao velho PSD, e este velho Senador ao PTB de Vargas.

"BORJA VÊ A CRISE

O ministro da Justiça, Célio Borja, identifica pontos em comum entre a presente crise do governo Collor e a crise do governo Vargas, em 1954. Ambas, segundo ele, expressam fundamentalmente uma luta de poder. A questão moral, que antes como agora as estaria inspirando, seriam meros pretextos, com que os adversários buscam sensibilizar a opinião pública. Não que a questão moral não seja importante: é e deve ser levada às últimas consequências. Mas ele não crê que esse seja o objetivo dos que estão na linha de frente das acusações.

O ministro esclarece que não está contra a CPI do PC ou o processo investigatório. Acha que ambos devem ir até o fim e estabelecer a verdade dos fatos. Garante que como Ministro da Justiça, trabalha nessa direção. Reconhece que a sociedade está indignada e não deve ser frustrada em sua sede de justiça. A restauração da credibilidade é fundamental para a superação da crise brasileira. O que sustenta é que, tal como na época de Vargas, os acusadores de Collor estão mais preocupados em deter seu projeto de reformas modernizantes que propriamente em renovar os padrões morais da República.

Valem-se da indignação da sociedade como mera munição de luta política. Nada mais. Vargas foi crucificado em nome de seus defeitos — que não eram poucos —, mas os que o alvejavam buscavam liquidar justamente suas qualidades. Também ele patrocinava reformas que sofriam contestações poderosas, mencionadas dramaticamente em sua Carta-Testamento. O ministro fala com a autoridade de quem, naquela ocasião, estava entre os adversários de Vargas. Era então presidente em exercício da UNE, simpático à UDN, o partido que mais acatava Getúlio. Uma espécie de versão liberal conservadora do PT. Pela mesma UDN, iniciaria, na década seguinte, movimentada carreira política, que o levaria à Assembléia Legislativa carioca, ao secretário do governo Lacerda e, já na Arena, à Câmara dos Deputados, que presidiu em 1976.

Do ponto de vista da moralidade pública, o discurso petista contra Collor, lembra Borja, é praticamente idêntico ao da UDN contra Vargas. Getúlio, diz ele, era um homem pessoalmente probo, embora, como governante, concorresse em vícios administrativos que não inventara ou sequer agravara. Eram práticas corriqueiras, embora incorretas, que freqüentemente confundiam o público com o privado, com favores, empreguismos e clientelismos, mas que só causaram espécie na medida em que Vargas anunciara um projeto de reformas, de inspiração nacionalista, temido por setores influentes. Prova disso, prossegue, é que, com seu suicídio, as investigações cessaram e desapareceu completamente o ímpeto moralista que as inspirara. E tudo voltou a ser o que era, sem que nenhum de seus detratores voltasse a se indignar.

Hoje, Borja identifica situações análogas. O calendário eleitoral estaria estimulando o ambiente de denúncias e o prejulgamento do Presidente. Ele acha que a imprensa cumpre sua missão de informar, mas condena precipitações e excessos, como os editoriais dos jornais paulistas que pediram "renúncia já", anteci-

pando-se às conclusões da CPI e da Procuradoria Geral da República.

Em que pese o sufoco que está passando, Borja, saudoso dos tempos de estudo e recolhimento do STF, anota um fato positivo: a maturidade institucional do País, cujas classes dirigentes estão sabendo dissociar a crise política de seu processo gerencial e econômico."

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Senador Ney Maranhão, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Estamos ouvindo no pronunciamento de V. Exª a transcrição desse informe a respeito do Ministro Célio Borja. Quero dizer-lhe que o Ministro tem hoje uma magnífica imagem diante da opinião pública, não somente pelo seu comportamento presente no Ministério da Justiça, mas notadamente pelo seu passado de um homem probo, intelectual de grandes qualidades e daquele político que passou pela vida do Parlamento sem deixar nódoas relativamente à sua imagem, ao seu nome e à sua dignidade. Ele faz comparações com a autoridade de ter uma vida, de certo modo, longa na atividade pública deste País. Mas pedi o aparte a V. Exª para dizer que realmente essas comparações históricas sempre têm muito mérito, sempre são constituídas por um valor extraordinário, porque aquela afirmativa de que a história e repete é de grande importância, muito embora não seja possível precisar o período no qual a história se repete, o tempo necessário à repetição, nem aquilo que, na verdade, seja capaz de identificar o momento da repartição. Mas as crises da República brasileira são tão constantes e em espaço de tempo tão pequeno que essa repartição tem sido célere. É evidente que no Governo Vargas tivemos graves acontecimentos, como graves acontecimentos têm marcado quase todos os Governos brasileiros. No momento atual, os acontecimentos graves também são uma constância, notadamente agora, e V. Exª está na tribuna exatamente por causa dessa gravidade. Há pouco V. Exª aparteava o Senador Eduardo Suplicy. Ainda estamos sob o impacto de mais de uma edição da revista *Veja*, da denúncia do ex-Deputado Curio, de que recebeu 120 mil dólares para uma campanha eleitoral, consubstanciando uma infração ao Direito Eleitoral brasileiro. Isso é da maior gravidade. E o mais grave nesse acontecimento, Senador Ney Maranhão, é que o Sr. Curio é co-autor do delito; existindo o delito, ele o praticou também, não apenas como a parte passiva que possa parecer, o homem que recebeu o dinheiro, mas, na verdade, ele deve ter sido o homem que solicitou o dinheiro e, mais do que ser o homem que solicitou o dinheiro ele deve ser o homem que compeliu alguém para que lhe desse o dinheiro, alguma ameaça, alguma circunstância, alguma relação mais forte que o fez requerer e ser atendido nessa importância. Esse acontecimento só é grave, no entanto, porque se soma a outros acontecimentos, soma-se a outros fatos que estão aí marcando a vida brasileira.

Mas se V. Exª notar, se dermos um trato sem hipocrisia a isso, veremos nesse acontecimento a normalidade da política brasileira que se faz toda com dinheiro, com a compra de mandatos, e esses cento e vinte mil dólares serão apenas um exemplo no universo de tantos outros. Isso, porque, no meu Estado, é comum ouvir-se que uma cadeira de Deputado custa tantos e tantos mil ou milhões de dólares. Tornou-se comum. Tenho autoridade, naturalmente, para falar, porque a minha eleição não custou nada disso. Ela foi diferente, foi uma mani-

festação popular, sem grandes gastos e praticamente sem aquela propaganda agressiva que marac hoje as campanhas em todo o Brasil. Note que vamos dar um destaque aos cento e vinte mil dólares pagos ao Sr. Sebastião Curió, no momento em que Xitãozinho e Xororó, Leandro e Leonardo, e outros artistas apresentam-se em palanques cobrando mais do que essa importância dentro de uma campanha política.

O SR. NEY MARANHÃO — Quem paga esses gastos?

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Exatamente, é a corrupção eleitoral. No Brasil, os fatos hoje passam a ter mais ou menos efeitos, se maior ou menor a hipocrisia com que tratamos a questão. Na verdade, o fato denunciado pelo Sr. Sebastião Curió é incontestável na vida brasileira, pois S. Ex.^a é co-autor, como milhares e milhares de pessoas que trabalham do mesmo modo, com a mesma co-autoria do delito diante do Direito Eleitoral brasileiro. Quero dizer a V. Ex.^a que o momento é grave e que a gravidade maior é exatamente essa, quando criamos uma situação em que as pessoas ganham notoriedade do modo mais absurdo. Aliás, temos fatos, os mais inconsequentes que possam ser apresentados à opinião pública brasileira. A meu ver, esse fato do Sr. Sebastião Curió tem um peso, por se casar com uma série de outras consequências. Essa denúncia precisa ser aprofundada, não nessa CPI, mas perante a Justiça Eleitoral, para que possamos coibir a repetição desse abuso, o emprego de vultosas verbas, vultosas importâncias, para que cheguem a esta Casa, para que cheguem à Câmara dos Deputados milionários e não bons políticos, que aqui deveriam chegar, sempre e sempre, pessoas absolutamente credenciadas para o exercício do cargo. Além do mais, quero apenas registrar, para que fique nos Anais, que as coisas que dizem respeito ao Sr. Sebastião Curió não me sensibilizam. Para mim, trata-se de um homem com uma ficha criminal muito vantajada e, por isso, nunca deveria ter chegado à Câmara dos Deputados, pois, não tem força moral, é evidente, para erguer, nesse momento, as acusações que ele possa trazer. Na verdade, S. Ex.^a terá que primeiro explicar as circunstâncias de sua vida e do processo eleitoral em que se envolveu e sobre o qual confessa essa falta, esse delito. Esse fato deve ser repudiado como um todo, não relativamente ao Sr. Sebastião Curió, mas a uma prática eleitoral no Brasil, principalmente quando em uma campanha eleitoral deixamos de politizar o povo, deixamos de lhe ensinar política com “P” maiúsculo para contratarmos artistas que cobram fábulas com a finalidade de comparecerem aos comícios. Ao invés da competição ideológica, ao invés dos programas dos partidos, temos hoje nos palanques eleitorais os auditórios que já não são do Chacrinha nem do César de Alencar. Era o aparte que queria fazer a V. Ex.^a

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Cid Sabóia de Carvalho, V. Ex.^a, como Senador da oposição, mas oposição construtiva que faz ao Governador, V. Ex.^a, como jurista respeitado nesta Casa, pelos seus pareceres, pela sua sapiência, o aparte que acaba de dar vem justamente ao encontro daquilo que estou chamando a atenção da Nação. O que V. Ex.^a acaba de dizer tem o meu total apoio. O que acontece neste País é o reflexo do que ocorreu nesta Casa, num pronunciamento meu, 48 horas depois, quando, por força de expressão, este Senador disse que sonegava imposto. Como Senador da República, como Congressista, não podia e não posso sonegar imposto. Porém, eu expressei aquilo que a maioria dos empresários, grandes e pequenos, dizem entre quatro paredes porque não têm a coragem de dizer aqui fora.

A realidade, nobre Senador, é que a classe política tem que estudar, aqui neste Congresso, leis enxutas, moralistas, para que tenhamos financiamentos de empresas que possam ajudar a campanha de partidos como nos Estados Unidos, como em qualquer país democrático. Isso não acontece, nobre Senador.

V. Ex.^a, com o seu conhecimento jurídico sintetizou exatamente as medidas que a sociedade está exigindo do Congresso Nacional: a restauração da moralidade administrativa, a moralidade política que o País está exigindo de nós Congressistas, e, principalmente dos partidos. Tenho as pesquisas até o mês de janeiro, do *DataFolha*, se não me engano que diz: “Partido político neste país só empata com banqueiro: 3%”.

Essa democracia, Senador Cid Sabóia de Carvalho, é uma plantinha tenra, e quem tem que aguar somos nós os políticos. Se colocarmos água demais ela morre se, de menos, ela morre seca. Cabe a nós aguar essa planta, preparando leis, leis que o povo aceite e colabore, como esse problema do ajuste fiscal que o Governo está mandando para o Congresso.

Como Líder em exercício do Governo, hoje, como Líder do Partido do Presidente Fernando Collor, tenho muitas dúvidas a respeito de algumas dessas leis. Não podemos aceitar que apenas 25% paguem impostos. Temos que ter leis obrigando que todos paguem. Temos que fazer aqui uma lei transparente, para que haja uma contribuição honesta daqueles que têm condições financeiras e querem ajudar os partidos políticos no Brasil.

Parabéns a V. Ex.^a Agradeço-lhe pelo oportuno aparte.

O Sr. Valmir Campelo — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com prazer, ouço V. Ex.^a

O Sr. Valmir Campelo — Queria fazer minhas as palavras do nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho. Como sempre, ele sintetiza com muita precisão o pensamento, talvez da maioria dos membros desta Casa. Quero dizer também, nobre Senador Ney Maranhão, que estranho essa declaração do ex-Deputado Sebastião Curió. É incrível! Depois de dois anos, esse ex-Deputado vem à baila, vem às luzes da ribalta para fazer uma denúncia como essa. Realmente, é muito estranho. Acho que ele está também usufruindo os 15 minutos da glória a que tem direito. Ele deveria ter denunciado no início, logo quando recebeu a contribuição.

O SR. NEY MARANHÃO — Não deveria ter recebido, deveria ter recusado e protestado de público.

O Sr. Valmir Campelo — Exatamente, que protestasse publicamente como uma pessoa honesta. Agora, somente agora, depois de dois anos. Talvez ele tenha recebido apenas porque pediu.

O SR. NEY MARANHÃO — Esse Curió, daquele tempo, virou papa-capim.

O Sr. Valmir Campelo — Quero dizer, mais uma vez a esta Casa e a V. Ex.^a que o Congresso Nacional, particularmente o Senado Federal, tem um papel fundamental, de suma importância neste momento da História de nosso País. Temos que preencher esse espaço, essa lacuna que hoje encontramos à nossa frente, para que possamos resolver os grandes problemas nacionais. Há poucos dias, Senador Ney Maranhão, fiz aqui um pronunciamento, relatando que temos em tramitação no Congresso Nacional aproximadamente 20 projetos de interesse da sociedade brasileira. Devemos nos debruçar sobre esses projetos. A Nação exige que o Congresso

Nacional prossiga no exame dessas matérias pendentes. Senador, tanto V. Ex^a quanto eu, fazemos parte da CPI, cujos membros são designados pelos partidos políticos representando o Congresso Nacional. Devemos confiar na CPI, pois ela vai apurar, acima de tudo, a verdade. Essa é a nossa filosofia, e V. Ex^a também faz parte dela. Queremos apurar a verdade, nada mais que a verdade. Temos aqui o nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, Relator de uma outra CPI, também muito importante, apurando possíveis irregularidades, e tenho absoluta certeza de que esse também é o pensamento de S. Ex^a Senador Ney Maranhão, volto a pedir a todos os membros desta Casa: vamos examinar esses projetos. O Congresso Nacional necessita e estamos convocados duplamente: primeiro, pelo Presidente do Congresso Nacional e, segundo, pelo próprio Presidente da República. Temos, aqui, uma série de projetos importantíssimos e a sociedade requer a nossa presença constante nesta Casa. De forma que endosso as palavras de V. Ex^a e rejeito, veementemente, essas declarações que não levam a nada, apenas tumultuam o trabalho sério, suprapartidário, que estamos desenvolvendo, querendo, acima de tudo, apurar a verdade. Parabenizo V. Ex^a por esse pronunciamento e condeno pessoas como esse cidadão que vem, através de um órgão de imprensa, fazer denúncias que deveriam ter sido feitas há dois anos. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Valmir Campelo, V. Ex^a é uma das lideranças emergentes, neste novo País de renovação dos valores, que faz política nesta cidade-menina, nesta cidade de Juscelino Kubitschek. Nos anos de 54, 55, 56, quando Deputado Federal, estive nesta cidade, no Catetinho, que era o marco da História deste Planalto Central. Naquela ocasião, Senador Valmir Campelo, o Presidente Juscelino visitava as obras da Capital Federal pela madrugada, pois se o fizesse durante o dia, por onde passava recebia homenagens dos candangos, que paravam de trabalhar, prejudicando o andamento das obras de construção da Capital. Sua Excelência saía nas madrugadas percorrendo a cidade. Arrepio-me quando falo desse grande Presidente e das suas metas.

Hoje V. Ex^a é um autêntico representante de Brasília. Nas próximas eleições que irão se travar, mesmo que V. Ex^a não me convide, estarei no seu palanque, defendendo-o, Senador Valmir Campelo, como futuro Governador desta Capital.

São atitudes como essas que precisamos ter dos políticos. V. Ex^a é um homem que não é patrulhado; é um representante convicto desta Capital no Senado da República. O seu aparte muito me engrandece nesta hora em que o Brasil, a maioria silenciosa, está olhando para os políticos, para dar um basta nesses fatos que estão cansando o País. Vamos trabalhar, como disse o Presidente da República. Quanto a esta CPI, da qual fazemos parte, queremos aprovar a fundo o que for denunciado, mas não podemos aceitar demagogia, não podemos aceitar que ela seja palco de alguns para se promover perante a maioria, principalmente candidatos a prefeito de capitais. Muito obrigado, nobre Senador.

Sr. Presidente, agradeço a paciência de Jô que teve com este modesto Senador. Terminei minha oração mostrando ao País, mostrando à sociedade que precisamos agir com cautela, com sinceridade, com comedimento para o bem do nosso Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos De'Carli, para uma breve comunicação.

O SR. CARLOS DE'CARLI (PTB - AM. Para breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou relatando hoje ao novo Secretário do Meio Ambiente e Presidente do Ibama, Dr. Flávio Perri, as mazelas que vêm ocorrendo naquele órgão, com referência específica à captura e exportação de peixes ornamentais, no Estado do Amazonas, que tenho a honra de representar nesta Egrégia Casa.

A captura e comercialização desses peixes, é bom ressaltar, são atividades tradicionais no meu Estado, e em nada afrontariam a lei ou o meio ambiente não fossem praticadas de forma predatória e amparadas por uma portaria equivocada, irregular, fruto da pressão de cartéis voltados unicamente para o lucro fácil e desmedido.

Sabem os Srs. Senadores que há muito venho apontando irregularidades, não só na direção do Ibama, mas nos diversos órgãos responsáveis por nossa política ambiental. Por um dever de consciência, denunciei numerosas vezes o comportamento atrabiliário e despótico e a administração catastrófica do Sr. José Lutzemberger, felizmente defenestrado da Secretaria do Meio Ambiente.

O tempo ainda nos dará a verdadeira dimensão dos malefícios que o Sr. José Lutzemberger causou à política ambiental brasileira, em sua curta e tenebrosa gestão, contando, nesse desserviço, com a participação de vários asseclas. Devo salientar a esse propósito que, em pronunciamentos anteriores, alertei as autoridades para o perigo que representava a presença do Sr. José Lutzemberger no comando da nossa política ambiental. Felizmente, livramo-nos do Sr. Lutzemberger a tempo, quando o Brasil ultimava seus preparativos para patrocinar um dos maiores eventos do século, que foi a "Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento", a Rio-92. Tenho a mais absoluta convicção de que, permanecesse em seu posto o antigo Secretário do Meio Ambiente, com seu temperamento belicoso, sua vaidade sem limites, sua inabilidade e seu desvario, a Rio-92 não teria o estrondoso sucesso que pôde lograr.

O Sr. José Lutzemberger é hoje uma página virada na história da nossa política ambiental, e eu gostaria de poupar meu tempo e dedicar meu empenho a assuntos mais nobres. Entretanto, Srs. Senadores, esse senhor parece ter feito proselitismo nos escalões superiores e intermediários dos diversos organismos que cuidam do meio ambiente em nosso País, com sua inépcia e irresponsabilidade. Assim, vejo na figura do Dr. Flávio Perri, que acaba de assumir suas altas funções, o agente capaz de sanear o ambiente de degradação que tomou conta do Ibama, acabando com as irregularidades que ali subsistem, punindo os corruptos e irresponsáveis, e removendo definitivamente, daquele órgão, o ranço de mesquinhez, de autoritarismo e de arbitrariedade.

A questão da exportação de peixes ornamentais, como se pode ver, é um pequeno, porém, exemplar detalhe desse contexto de corrupção, enriquecimento ilícito, privilégios, desmandos e omissão, em que, infelizmente se enquadram alguns dirigentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

No documento que estou endereçando ao Dr. Flávio Perri, Srs. Senadores, solicito a imediata suspensão das atividades de pesca e comercialização dos peixes ornamentais, bem como a revogação da Portaria do Ibama, publicada no **Diário Oficial** da União de 15 do mês passado, que regula essas mesmas

atividades. Devo esclarecer que tal Portaria é nociva e contrária aos esforços de preservação do meio ambiente, merecendo o repúdio de entidades ambientalistas e de todos aqueles que demonstram um mínimo de sensibilidade pelas questões ecológicas. A Portaria nº 477, de 14 de março de 1990, assinada pelo então Presidente do Ibama, Fernando César Mesquita, e que tratava da exportação de peixes ornamentais, com a seriedade que o assunto requer, foi por esta última, mais recente, expressamente revogada. A Portaria nº 477 permitida a captura e comercialização de 86 espécies destinadas à ornamentação.

O Sr. Valmir Campelo — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS DE'CARLI — Ouço com muito prazer V. Exª, nobre Senador.

O Sr. Valmir Campelo — Gostaria de parabenizar V. Exª por trazer, mais uma vez a esta Casa, um assunto de suma importância para a região Amazônica, particularmente para o seu Estado. Na qualidade de seu companheiro no Partido Trabalhista Brasileiro, e também como Vice-Presidente da Comissão da Eco-92, eleito que fui pelo Senado Federal, posso testemunhar o trabalho e a defesa que V. Exª vem fazendo em favor de seu Estado. Ainda na época do Presidente Lutzemberger, V. Exª já fazia esse tipo de denúncia relativamente à ilegalidade da Portaria nº 477. Hoje, V. Exª volta mais uma vez, pedindo a revogação da nova Portaria, para que, num processo de transparência, a Secretaria do Meio Ambiente possa de fato executar seu trabalho em prol particularmente do Estado da Amazônia. Nobre Senador Carlos De'Carli, quero enaltecer de público a sua iniciativa de trazer à baila este assunto de suma importância, que representa o interesse não só da Amazônia, mas também de todos os estados que pertencem a essa grande região da riqueza do nosso País. Parabéns a V. Exª

O SR. CARLOS DE'CARLI — Enobrece e enriquece o meu pronunciamento a posição que V. Exª assume neste momento, nobre Senador Valmir Campelo, até porque é em Brasília, terra da projeção política de V. Exª, que está localizada a sede de uma organização que é dirigida pelo ex-Ouvidor do Ibama, Dr. Orlando Afonso, esse senhor que conseguiu induzir o Instituto a fazer uma nova portaria cuja revogação peço agora, pois ela aumenta a lista de peixes capturáveis para além do dobro — nada menos que 177 espécimes — atendendo aos reclamos e às pressões de cartéis que atuam neste segmento do mercado e que não têm escrúpulos em perseguir o lucro a qualquer custo.

É evidente que, aumentando-se o leque de espécimes capturáveis, configura-se maior dano à ecologia com sensíveis prejuízos à biodiversidade. As irregularidades, no entanto, não param aí, havendo falhas, inclusive, formais, na recente Portaria, como a nomenclatura científica errônea de algumas espécimes, ou a alusão do Decreto nº 221, ao qual se atribui a data de 20 de fevereiro de 1991, quando o mesmo data de 1967.

Além disso, talvez na ânsia de agradar aos cartéis do setor, incluam-se na famigerada Portaria os nomes de alguns peixes comestíveis como se ornamentais fossem. Assim, impossibilita-se que tais peixes, ornamentando as salas dos ricos, dos abastados, possam, na sua idade madura, matar a fome das populações ribeirinhas — isso, num estado reconhecidamente carente de recursos econômicos, cuja população sobrevive nas condições mais duras de fome e de miséria. A citada Portaria erra também ao incluir, entre as espécimes

passíveis de exportação, a piranha, peixe voraz e perigoso que, fora do seu habitat, pode provocar danos ambientais irreversíveis, gerando o desequilíbrio ecológico.

O Sr. Ney Maranhão — Nobre Senador, permite-me um aparte?

O SR. CARLOS DE'CARLI — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Carlos De'Carli, respondendo pela Liderança do Governo, eu não poderia deixar de, neste instante, solidarizar-me com V. Exª, Senador que tão bem representa o Estado do Amazonas, trazendo sempre ao debate os problemas da sua Região. Sempre que vem à tribuna é para tratar de assuntos de alto interesse da Região, que, como a minha, é muitas vezes esquecida pelos poderes públicos. V. Exª tem toda a razão! Se não me engano, numa das vezes em que V. Exª subiu à tribuna para defender uma ecologia mais correta, que não prejudicasse as populações ribeirinhas, eu lembrava a V. Exª o que dizia e diz o Governador do seu Estado, Gilberto Mestrinho, que tão bem defende a ecologia da Amazônia: vamos ter cuidado com os nossos rios, lagos e florestas, mas não vamos repetir aquilo que existe na Índia: defender a vaca sagrada. Era o aparte que eu desejava fazer ao discurso de V. Exª

O SR. CARLOS DE'CARLI — Eminente Líder, é muito importante o posicionamento de V. Exª, porque tenho certeza de que irá se unir ao esforço que este Senador faz neste momento no sentido de fazer com que se cancele a Portaria nº 477. É com base nesses mesmos fundamentos que solicito ao Dr. Flávio Perri a imediata suspensão da exportação de peixes ornamentais, a apuração de denúncias relativas à exportação de espécimes não permitidos e de espécimes comestíveis, bem como de subfaturamento na comercialização, o que é uma forma de levar grande quantidade de dólares para fora do Brasil.

Solicito também, confiando na isenção e no espírito público do Dr. Flávio Perri, e julgando ser indispensável a renovação dos ares que vinham infestando os órgãos de política ambiental, a instauração de processo disciplinar para apurar as responsabilidades dos Srs. José Ricardo Lima, ex-Superintendente do Ibama no Amazonas; Antônio Neri, ex-Superintendente-Substituto; José Leland, ex-Coodenador do Serviço de Fiscalização; e Orlando Afonso Ferreira, ex-Ouvidor do Ibama e comerciante de peixes ornamentais em Brasília, todos eles já por mim denunciados, por meio de fax, no dia 12 de novembro do ano passado, e em pronunciamentos que fiz nesta Tribuna.

A ação enérgica do novo dirigente, Flávio Perri, é fundamental, Srs. Senadores, para que a política ambiental brasileira deixe de ser palco de alguns atores inescrupulosos, corruptos, inconsequentes, vaidosos e irresponsáveis. Nossa política ambiental merece ser tratada com seriedade e dignidade à altura de nossas reservas ecológicas, que ocupam posição ímpar e invejável em todo o Planeta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos hoje, nesta segunda-feira, abordando temas da maior importância. Assim o fez o Senador Eduardo Suplicy, assim o fizeram também o Senador Ney Maranhão, o Senador Carlos De'Carli e o Senador

Valmir Campelo, este, através de aparte. Enfim, há uma grande preocupação nesta Casa com essa temática de tanta importância. Mas quero dizer que um dos temas mais graves aqui, do qual falamos, foi exatamente a campanha eleitoral, porque estivemos motivados por essa denúncia do Sr. Sebastião Curió, ex-Deputado Federal, o homem que teria recebido 120 mil dólares em duas parcelas de 60 mil dólares.

Esse fato, Sr. Presidente, pode causar estranheza dentro de uma atmosfera de hipocrisia, porque, de verdade, a prática eleitoral brasileira registra fatos dessa natureza a cada eleição.

Agora mesmo, nas eleições municipais, o quê se vê no Brasil? Em Fortaleza, por exemplo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os nossos candidatos, inclusive do meu Partido, aderiram por inteiro ao "showmício", isto é, o palanque ao invés de ser o local da doutrinação política, da exposição doutrinária de um partido, local de debate. Ali é onde deveria acontecer a análise de filosofia política, programa de governo, esses palanques são cedidos hoje àqueles que ocupavam há pouco tempo os programas de auditório, os velhos programas de auditório das emissoras de rádio ou os programas de televisão. Pouca diferença haverá de um palanque da campanha atual para um programa do "Chacrinha", para um programa de César de Alencar, na velha Rádio Nacional, para um programa de Flávio Cavalcanti, de saudosa memória, enfim, para os programas que tomavam conta das emissoras de rádio e das emissoras de televisão.

Hoje, com o avanço da eletrônica, a televisão de quando em quando toma um ou outro rumo e nem sempre o artista nacional é prestigiado. Hoje, ele o é pelos partidos políticos: locadores e locatários de atividades absolutamente incompatíveis com a educação política.

Quero fazer esse registro, porque no meu Partido, por exemplo, a ele fui na última sexta-feira, advertir quanto a isto: perguntar pela mensagem política, perguntar pela deliberação programática e não ficarmos na disputa da dupla Leandro e Leonardo, que é contratada por um partido, numa cidade, onde o adversário, naturalmente, terá que contratar Chitãozinho e Xororó; um menos favorecido contratará uma outra dupla igualmente menos famosa. Não sei, Sr. Presidente, se estou me fazendo entender. Mas acho que cada campanha política deveria ser a oportunidade didática para a educação das multidões, das massas, dos grupos sociais, mostrando o que significa de diferente a política do PTB com relação à política do PMDB, que de diferente há entre ambos e o PSDB. O que é que representa o PRN? O que é o Partido Democrata Cristão? Por que votar na legenda desse Partido e não votar na legenda do outro? É preciso deixar a família brasileira bem ilustrada e bem informada diante dos propósitos políticos dos partidos, porque, afinal, são partidos políticos.

Veja V. Ex^a que ir a um comício hoje é saber o seguinte: qual o instituto de pesquisa que orientou os oradores para que dissessem o que vão dizer? Os institutos de pesquisas dizem que os oradores não devem falar muito e devem abordar temas como estes: atacar o Presidente Fernando Collor, clamar pela segurança e, seja qual for o partido orientado pelo instituto de pesquisas, terá exatamente as mesmas teses, inclusive com o absurdo de propostas que não têm respaldo legal, nem respaldo institucional, mas que coincidem com o momento de ignorância da própria massa.

Aí vamos para o comício não ouvir a sinceridade de um orador, mas ouvi-lo representar alguma coisa, alguma tese com a qual não estará comprometido, porque ela foi dita ali como fosse mentira, orientada por instituto de pesquisa.

Hoje os comícios, principalmente nesta campanha eleitoral, são shows de duplas sertanejas, de cantores eróticos, de mágicos, de humoristas, de pessoas que armam piadas grosseiras, de oradores mal preparados, porque se prepara unicamente na necessidade de dizer aquilo que é conveniente ouvir, mas que não é verdade. Comícios, portanto, vazios de honradez e de honestidade.

Nesse universo aparece o Sr. Sebastião Curió, sem a dignidade pré-constituída para nenhuma denúncia, porque este homem, dizem que matou, porque este homem foi atrabiliário, porque este homem foi arrogante, foi arbitrário, chegou à Câmara dos Deputados por caminhos não muito recomendáveis. De repente tem todo o espaço e diz o comum da política brasileira, como se fosse um fato inusitado, como se fosse um fato inseparado, e a Nação toda treme diante do noticiário, como se nos palanques da campanha municipal não estivessem acontecendo fatos absolutamente iguais, fatos idênticos ao confessado pelo Sr. Sebastião Curió. Eleição no Brasil é negócio de dólares. Cadeira de Deputado Federal é adquirida por um certo volume, cujo preço varia de acordo com o Estado, e isto é a vergonha nacional. O Sr. Sebastião Curió nada acrescentou, apenas demonstrou que ele também é um delinquente.

O Sr. Carlos De'Carli — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Ouço V. Ex^a nobre Senador.

O Sr. Carlos De'Carli — Ilustre Senador, realmente quando V. Ex^a cita as formas com que a nossa incipiente democracia vem conduzindo as suas eleições, com mais ou menos dólares, mais ou menos dinheiro para cada cargo eletivo, a coisa fica de uma forma um pouco genérica e de alguma maneira nos sentimos atingidos. Eu, como político que sou, quero deixar bem claro a V. Ex^a que no meu Estado nós, realmente, tivemos alguns desembolsos nas últimas eleições e os teremos nas próximas, mas desembolsos absolutamente comprovados, dentro da prestação de contas que os nossos Partidos são obrigados a fazer após o período de eleições, de acordo com a legislação vigente. Quero também informar a V. Ex^a que tenho o conhecimento que somente dois Partidos estão com suas contas absolutamente em dia, absolutamente corretas, junto à Justiça Eleitoral e com as prestações de contas realmente completas e julgadas, o PMDB e PTB, o Partido de V. Ex^a, e o Partido a que tenho a honra de participar. Essa informação, acabo de ter, lendo um jornal carioca de ontem, quando existe inclusive uma ação popular, no Rio de Janeiro, contra o PDT, contra o PT, contra vários Partidos exigindo que eles ou prestem conta, ou se sujeitem a não apresentar candidatos em todo Brasil, a nível de prefeitura, é o que manda a lei. Agora, o que me assusta, o que me assombra no caso do ex-Deputado Sebastião Curió, Sr. Senador, é que este senhor todo mundo sabe da vida dele, todo mundo sabe das suas origens. Não quero a origem de Exército seja de alguma maneira comprometedor, mas a de órgãos de informação da época mais negra da nossa história política, essa origem, realmente, não recomenda nenhum político. E ele é do extinto SNI, de uma área extremamente conturbada na época, onde houve guerrilhas, mortes e desaparecimentos até hoje não explicados. O Sr. Curió fazia parte integrante da equipe de informações que perseguia, que matava e sumia com pessoas, fatos que a história está aí a nos demonstrar em todos os momentos. Por que esse cidadão, dois anos depois, vem a público dizer que foi parte de uma equipe de fraude eleitoral? É esquisito.

A impressão que nos dá é de que o Excelentíssimo Senhor Presidente está numa situação nova, ou seja, Sua Excelência, além dos inimigos e dos adversários que já tem, passou a ter um que começou a colocar o rosto de fora, ou seja, o ex-SNI.

Eu tenho quase certeza absoluta de que o Senhor Presidente da República, no momento em que conseguiu extinguir o SNI, adquiriu alguns inimigos, e esses inimigos estão aparecendo agora. Só com muita cara-de-pau o sujeito espera dois anos para vir dizer que participou de uma grande fraude eleitoral. Por que agora? Por que não há 6 meses? Por que não daqui a 6 meses? É porque chegou o momento de derrubar aquele que, embora tenha os seus defeitos, tem suas qualidades e definitivamente conseguiu desarticular, desarrumar, acabar, com o Serviço Nacional de Informações, nos moldes em que existiu durante 20 anos na nossa Pátria, para o desespero de muitas famílias e para tristeza de todos nós brasileiros, que fomos obrigados a viver com isto durante 20 anos. Era o que tinha a acrescentar ao pronunciamento de V. Ex^a

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Agradeço o aparte de V. Ex^a, que, me propicia esclarecimentos. É claro que não generalizei. Vivo nesta Casa e sou participante do Congresso Nacional há anos e sei que pessoas chegam, aqui, heroicamente, pelo seu valor, pelo seu trabalho, constroem o modo de chegar aqui. Quero dizer que esse é exatamente o meu caso: cheguei a esta Casa após lutas, lutas e lutas, depois de um grande trabalho de caráter público, uma atividade de comunicação social muito ampla. Como eu, chegaram muitos — uns, na área social; outros, até mesmo na área empresarial, com grandes empresas, credenciando-se pelo trabalho daquela empresa. Mas não há como negar que uma parcela dos mandatos federais e estaduais — não sei se municipais — se deve à influência do poder econômico, e esse é um velho tema.

Eu era, ainda, acadêmico de Direito, quando na minha Faculdade nós estudamos, por sugestão do então Deputado José Martins Rodrigues, o combate à influência do poder econômico no resultado das eleições. E, veja bem, nobre Senador Carlos De'Carli: se V. Ex^a alongar a vista pelos palanques municipais, encontrará cantores fazendo exhibições com um cachê de 100 mil dólares — 100 mil dólares por uma apresentação durante um comício. Então, pode haver alguém patrocinando isto, pode haver alguém doando esse dinheiro, mas de qualquer maneira não é uma boa prática, não somente pelo império econômico-financeiro mas também pelo desvirtuamento da mensagem política, pela substituição da mensagem política por um *show*, por um espetáculo artístico que fica melhor nos teatros ou mesmo nas praças públicas, onde o povo vá com o objetivo de contemplar grandes cantores, cantoras, orquestras ou mágicos, artistas os mais interessantes. Há circos que abrem suas portas para esse fim, mas a campanha política deve ter, acima de tudo, um caráter didático. Agora, mesmo, o Governo propõe uma reforma fiscal — quem estaria nos comícios a abordar esse tema? Quem está esclarecendo sobre fato gerador?

Por exemplo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, encontramos nessa reforma fiscal a notícia de que estão sendo diminuídos impostos — como se imposto fosse nome — quando na verdade a redução deveria ser dos fatos geradores, dos impostos, dos fatos geradores declarados em lei, para que haja a incidência de imposto. Qual palanque está esclarecendo a reforma fiscal? Em que palanque estamos debatendo a refor-

ma eleitoral? Em que palanque estamos discutindo a isonomia do servidor público?

Nos palanques, os partidos estão obedecendo a orientação de empresas de pesquisa — essas empresas dizem quais os temas que devem ser abordados as pessoas os abordam com rapidez. Depois é o cantor, é a cantora, é a dupla sertaneja. De nada se aproveita para a educação do povo, para a politização do povo.

O que acontece de básico para permitir o abuso do poder econômico nas eleições, o que propicia este abuso econômico, dizendo claramente, é exatamente a falta de politização. Quando o cidadão, esteja onde estiver, concorda em vender o seu voto ou em votar em alguém não porque tem a convicção de votar naquela pessoa mas porque recebeu um favor, porque foi tratado fisiologicamente demonstra a falta de politização. Se houvesse politização, não seria assim.

O Sr. Jonas Pinheiro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Concedo o aparte ao nobre Senador Jonas Pinheiro, com todo prazer.

O Sr. Jonas Pinheiro — V. Ex^a está trazendo ao conhecimento da Casa, com um pronunciamento muito amplo, um verdadeiro leque de assuntos da maior importância. Recordo aqui uma das passagens do brilhante pronunciamento de V. Ex^a quando falava sobre esse cidadão, Sebastião Curió, que fez denúncias levadas às páginas da revista *Veja* em sua última edição. Eu estava no gabinete ouvindo V. Ex^a e me associava à condenação que V. Ex^a faz desse ato, pela sua própria consciência e pelas suas próprias palavras. Sou homem convencido de que o princípio da ética deve ser observado em todos os atos, em todas as práticas de todo o ser humano que queira ser qualificado como ser digno. Por mais que venha trazer benefícios à apuração de fatos, por mais que sua atitude venha trazer alguma contribuição para fazer aflorar a verdade, a prática usada por esse cidadão é altamente condenável, pois ele próprio diz que pediu a contribuição. Quem pode dizer, com segurança, que ele não tenha induzido a pessoa? Pede uma gentileza, um favor, um apoio e ainda grava a conversa! Que forma mesquinha de agir! Que forma sorrateira de agir! Em seu aparte, o Senador Carlos De'Carli lembrou que o cidadão era integrante do ex-SNI e que, naturalmente, membros radicais do Serviço Nacional de Informações, modelo antigo, ficaram contrariados, tiveram seus interesses feridos, pois um dos primeiros atos do Presidente então empossado foi extinguir o SNI. Naturalmente, isso feriu interesse. Lembro-me também, por ser da Amazônia, por ser do Amapá, de que, segundo informações que chegavam, à época em que o garimpo de Serra Pelada estava na sua fase mais exuberante, ele tratava os garimpeiros sob o regime da chibata. Era um homem altamente autoritário, um homem que não acatava os princípios de solidariedade, de respeito às pessoas, que as tratava, como disse, a chicote. Ele certamente teve seus interesses pessoais feridos quando o garimpo de Serra Pelada perdeu substância e passou por um processo de tombamento. Não me recordo se chegou a ser concluído, mas passou uma proposta por aqui submetendo à apreciação do Congresso Nacional o tombamento de Serra Pelada como sítio histórico, ou qualquer coisa que a memória não me socorre, neste instante, para informar V. Ex^a com maior precisão. Mas para concluir o que quero dizer sobre esse cidadão, repito que ele, certamente, teve interesses pessoais feridos, e revela na sua atitude, a mesquinhez, a pequenez da dimensão de seu espírito humano. Eu estava em meu gabinete quando também ouvi

o Senador Eduardo Suplicy fazendo a leitura, parece-me, de um dos trechos da matéria da revista *Veja*. Pois digo, neste instante, que se fosse eu o Senador Eduardo Suplicy, sendo eu — S. Ex.^a do PT, que teve como principal alçoz na guerrilha do Araguaia — que o diga o Deputado José Genoíno — como principal perseguidor justamente esse cidadão, para não dar eco, não valorizar o nome desse homem, omitir-me-ia completamente de fazer qualquer consideração sobre ele, porque parece até um elogio, parece até que, ao fazer o relato, o próprio Senador se incorpora na defesa ou no elogio de uma prática tão mesquinha. De modo que eram estas as considerações que gostaria de fazer a esse respeito. Mas com a benevolência de V. Ex.^a, e com a sua generosidade, gostaria de voltar, agora, à questão do momento político que estamos vivendo e da presença de artistas naquilo que deixou de ser chamado de “comício” para ser chamado de “showmício”, com cachês altíssimos. Naturalmente, nobre Senador, isso é consequência desses exemplos todos que a classe política tem dado, desse volume tão grande de denúncias, de escândalos praticados às vezes por pessoas protegidas por mandatos populares, por mandatos eletivos, que têm levado a classe política à descredibilidade, à descrença, de modo a fazer com que o próprio povo não se interesse. As pessoas, costumeiramente, não vêem homens verdadeiramente políticos, vocacionados para o servir, para o construir, para o realizar. Vêem homens os, homens sem bandeira a defender, homens que querem os cargos para se servir e não para servir. Pois bem, creio que a constatação dessa realidade que vivemos, nobre Senador, tem contribuído para que o povo, maciçamente, se desinteresse dos pronunciamentos daqueles que, no meio de tantos outros, vão com a boa intenção de exercer a prática política, de fazer politização, de contribuir para a politização do nosso povo. De modo, nobre Senador, que tudo isso é lamentável, essa descrença que o povo tem na classe política, que começa a jogar todos os políticos na vala comum, como se fossemos todos “farinha do mesmo saco”, como se todos calçassemos 44, como se todos nós fôssemos iguais. Nós, que nos colocamos do lado dos idealistas, daqueles que querem o cargo para servir, sofremos, lamentamos e fazemos bem em confessar essa nossa insatisfação, por que uma certa quantidade de políticos do cenário atual contribui para produzir essa descrença da população na classe política, que tem tantos homens bons, trabalhadores, responsáveis, que, na verdade, querem praticar o bem e produzir o bem comum. Nobre Senador, eram estas as palavras que queria dizer a respeito do discurso de V. Ex.^a, elogiando essa altivez com que se conduz no plenário, sempre denunciando, sempre defendendo as boas causas e condenando as más práticas. Eram estas as palavras que queria dizer em solidariedade ao belo pronunciamento de V. Ex.^a

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Agradeço bastante, nobre Senador, e quero aproveitar o seu aparte para esclarecer: para mim não merece fé ninguém que tortura, ninguém que ultrapassa os limites da razão para ferir os direitos humanos; nenhum alçoz, para mim, merece fé, em nenhuma circunstância.

O Sr. Sebastião Curió está entre aquelas pessoas quanto às quais tenho o meu veto democrático: o veto do meu comportamento, da minha formação jurídica.

Sou daqueles, Senador Jonas Pinheiro, que em tudo examina primeiro qual é o interesse. Por uma razão muito simples: eu sou um processualista, e como tal aprendi que as ações judiciais, como todos os atos humanos, precisam de ter legíti-

mos interesses: o legítimo interesse econômico para pedir, o legítimo interesse moral para poder pedir.

Não vejo que autoridade moral, Sr. Presidente, Srs. Senadores, possa ter um cidadão que sugeriu uma corrupção, e que depois que acontece a corrupção, ele a denuncia. E já se preparava, ninguém sabe para o quê, quando numa secretária eletrônica gravava todos os diálogos que porventura mantinha na diabrura de pedir 120 mil dólares para uma campanha eleitoral. Que homem será esse? Que interesse o move neste momento? fosse o interesse democrático, eu respeitaria; mas sei lá se isso não é apenas para somar essa denúncia a um quadro difícil em que já se encontra a República! Não sei! Esse homem tem tudo para ser um golpista, porque não gosta da lei, porque não gosta da democracia, nunca gostou. E de repente ele aparece com uma denúncia! Pois eu não embarco nessa denúncia, porque falta notoriedade moral para que eu a siga. Esse é que é o problema.

Não podemos fazer uma oposição às cegas. Tudo o que se diz contra o Governo deve ser acolhido imediatamente, sem que estejamos a medir a razão dessa denúncia e a que ela se destina? Sei lá a que se destina! Um homem que tratava mal fisicamente garimpeiros há de tratar bem a democracia? Um homem que não respeita os direitos humanos há de respeitar a quem?

Por isso é que não me comovi lendo a edição de ontem da revista *Veja* e os jornais de hoje que, reproduziram essa mesma denúncia. Por outro lado também, entendo eu, Senador Jonas Pinheiro, que uma comissão parlamentar de inquérito tem fato determinado e que eu não posso, a cada dia, jogar um novo fato dentro dela. A CPI tem que ter um esbarro; ela tem que ter um limite no espaço e no tempo; um tempo para operar, um espaço para operar. Mas os fatos a serem averiguados têm que pré-existir, em denúncia, à instalação da comissão, porque, do contrário, eu a inovo todo dia, faço dela uma coisa infernal e nunca vou concluir o seu trabalho.

Como Relator de CPI eu não levaria a sério a denúncia do Sr. Curió, exatamente porque falta o legítimo interesse para denunciar.

O Sr. Valmir Campelo — Credibilidade!

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — A credibilidade é indiscutível, porque se houve delito ele é um co-autor desse delito, é um criminoso também, talvez o principal. Nunca ninguém veio me dar dólares, porque eu nunca pedi dólares; nunca ninguém veio me ceder dinheiro, porque eu nunca pedi dinheiro. Então, é totalmente diferente isso; a situação diante da qual nos encontramos é realmente uma situação grave, porque nós criamos o clima e temos que renovar, a cada dia, a lenha na fogueira dos escândalos, e com isso não vamos chegar a bom termo.

Pois eu acho que devemos apurar tudo, mas quem sabe isso aqui já seria uma outra CPI, já seria um outro inquérito!

E também quero esclarecer ao Senador que me aparteu tão bem, Jonas Pinheiro, que também não me comove essa denúncia, porque essa prática é aquela que sabemos que acontece em toda eleição. A toda eleição, os partidos não são muito rigorosos nas declarações dos seus gastos. As campanhas, há delas milionárias, não cabem nem no limite da razão. O dinheiro chega às campanhas eleitorais, se chegasse só no limite permitido em lei, no limite da legislação eleitoral, é evidente que muitas fraudes não aconteceriam, muitos delitos eleitorais não estariam se consumando. O excesso do dinheiro vem em detrimento da democracia e da escolha do povo.

E a campanha eleitoral — é esta a tônica da minha fala — é uma oportunidade didática para os partidos. É o momento de explanarmos: por que a visão desse partido sobre tal problema? Como encara esse partido a reforma fiscal, a isonomia dos servidores? Qual a tese sobre reforma agrária? Que pensa esse partido de educação e de saúde? Afinal, que é política? Que é um comportamento político? E não a festa, e não as campanhas em profusão, o chapeuzinho, a bebida, o refrigerante, o sanduíche, a alegria que vai madrugada adentro, transformando a praça num imenso forró político. Isso é que condeno, porque estamos a perder a grande oportunidade para ensinarmos ao povo de como não deve vender seu voto, de como não deve deixar-se corromper. Porque amanhã, um povo bem situado, maduro em matéria eleitoral, não há dinheiro que o compre. Não há dinheiro que compre o voto do eleitor, se esse eleitor é consciente. O assistencialismo existe pela carência popular. Mas existe muito mais pela deficiência de formação política de um povo. O que está faltando ao Brasil é, acima de tudo, formação política.

Dentro deste meu critério de visão, Senador Jonas Pinheiro, não posso acatar como algo saneador a denúncia de quem pode ser denunciado com mais gravidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Sou grato a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — A Presidência designa para a sessão ordinária de amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 50, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 50, de 1992 (apresentado como Conclusão do Parecer de Plenário, Relator: Senador Esperidião Amin) que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a trinta milhões de marcos alemães, destinada ao co-financiamento do Programa Nacional do Meio Ambiente — PNMA.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 25 minutos.)

ATO DA DIRETORA EXECUTIVA DO PRODASEN

ATO DA DIRETORA EXECUTIVA DO PRODASEN Nº 49, DE 1992

A Diretora Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIV do art. 14 do Regulamento do Prodasen, aprovado pelo Ato nº 19, de 1976, combinado com o disposto no Ato nº 31, de 1987, ambos da Comissão Diretora do Senado Federal, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Técnica Especial para assessorar a Comissão Permanente de Licitação na licitação que será realizada através da Concorrência nº 1, de 1992, destinada à aquisição de microcomputadores, com as seguintes atividades:

I — Rever, corrigir e apresentar sugestões técnicas visando o aperfeiçoamento do Edital;

II — Definir e aprovar as especificações técnicas e as configurações dos equipamentos a serem adquiridos;

III — Definir critérios objetivos que permitam o julgamento dos requisitos de Qualidade e Rendimento;

IV — Analisar e emitir parecer técnico conclusivo sobre as propostas apresentadas à licitação, visando subsidiar o julgamento por parte da Comissão Permanente de Licitação;

V — Receber, conferir e emitir o Termo de Aceite dos equipamentos, após sua entrega e instalação;

VI — Executar outras atividades inerentes à licitação, por solicitação do Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Art. 2º Designar os servidores AMÉRICO MUNHOZ JÚNIOR, HERMILO GOMES DA NÓBREGA, MÁRIO SÉRGIO PEREIRA MARTINS, SILVÉRIO FRANCISCO DE OLIVEIRA ROSENTHAL, JOSÉ HENRIQUE SILVA SOUSA, MÁRIO ROBERTO DE AGUIAR e JOÃO BATISTA DE HOLANDA NETO, para integrarem a Comissão.

Art. 3º Designar o servidor AMÉRICO MUNHOZ JÚNIOR para presidir a Comissão e HERMILO GOMES DA NÓBREGA para substituí-lo em seus impedimentos.

Brasília, 26 de junho de 1992. — Regina Célia Peres Borges, Diretora Executiva.

ATO DA DIRETORA EXECUTIVA DO PRODASEN Nº 50, DE 1992

A Diretora Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIV do art. 14 do Regulamento do Prodasen, aprovado pelo Ato nº 19, de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal, com suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo PD-352/92-6 resolve:

1. Constituir Comissão Técnica Especial com a finalidade de identificar alternativas de solução que resolvam definitivamente as diversas dificuldades encontradas nos trabalhos que utilizam os sistemas SART, SAF, NOTS, NCOB, SEP e outros "softwares" de administração de produção, referentes a cobrança e apuração de débitos oriundos de serviços prestados pelo Prodasen e usuários externos.

2. Designar para compor a referida Comissão os servidores LUIS ROBERTO DAISSON SANTOS, Especialista em Informática Legislativa/Análise da Informação, SÔNIA CAMARGO VOIGT DE FIGUEIREDO, Especialista em Informática Legislativa/Análise da Informação, ROSILMAR DE OLIVEIRA, Especialista em Informática Legislativa/Análise da Informação, NOÊMIA KEIKO SAKAI, Especialista em Informática Legislativa/Análise da Informação, NOBOR SAITO, Especialista em Informática Legislativa/Análise da Informação, MARCELO SOUTO ABRANTES, Especialista em Informática Legislativa/Análise da Informação, JASON GONÇALVES RIBEIRO, Especialista em Administração Legislativa/Técnicas de Administração e CESAR FRANCO BONILHA, Especialista em Administração Legislativa/Técnicas de Administração.

3. Designar o servidor LUIS ROBERTO DAISSON SANTOS para coordenar os trabalhos e o servidor ROSILMAR DE OLIVEIRA para substituí-lo em seus impedimentos.

4. Fixar até 31-8-92 o prazo para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório sobre as alternativas de solução a serem adotadas.

Brasília — DF, 29 de junho de 1992. — **Regina Célia Peres Borges**, Diretoria Executiva.

ATO DA DIRETORA EXECUTIVA DO PRODASEN
Nº 51, DE 1992

A Diretora Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, de acordo com o que dispõe os art. 143 a 146 da Lei nº 8.112/90, e no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do art. 14 do Regulamento do Prodasen, aprovado pelo Ato nº 19, de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal, com suas alterações posteriores, resolve:

1. Designar os servidores MARCUS VINICIUS GOU-LART GONZAGA, Especialista em Informática Legislativa/Análise da Informação, na qualidade de Presidente, OLGA AMÉRICA SOUSA ALMEIDA, advogada e JOSÉ ROBERTO CEOLIN, Especialista em Administração Legislativa/Análise de Administração, na qualidade de membros, para constituir Comissão de Sindicância destinada a apurar os fatos constantes do Processo 312/92-4.

2. Designar a servidora MARIA VERÔNICA SABOIA R. R. MIRANDA, Especialista em Administração Legislativa/Secretaria, para secretariar a Comissão.

3. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que a Comissão conclua seus trabalhos.

Brasília — DF, 29 de junho de 1992. — **Regina Célia Peres Borges**, Diretora Executiva.

ATO DA DIRETORA EXECUTIVA DO PRODASEN
Nº 52, DE 1992

A Diretora Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, de acordo com o que dispõe o art. 38, da Lei nº 8.112/90, e no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e XIV do art. 14, combinado com o § 3º do art. 57 do Regulamento do Prodasen, aprovado pelo Ato 19, de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal, com suas alterações posteriores, resolve:

1. Tornar sem efeito, a partir desta data, o Ato nº 4, de 1992, que designou o servidor MARCO ANTÔNIO VIEIRA CABRAL, Especialista em Informática Legislativa/Análise da Informação, do Quadro de Pessoal do Prodasen, para substituto do Coordenador da Coordenação de Programação — CPR, da Divisão de Desenvolvimento de Sistema/DDS.

2. Designar o servidor CRISTOVÃO AUGUSTO SOARES DE ARAÚJO COSTA, Especialista em Informática Legislativa/Análise da Informação, do Quadro de Pessoal deste órgão, para substituir, em seus afastamentos ou impedimentos regulamentares, o Coordenador da Coordenação de Programação — CPR, da Divisão de Desenvolvimento e Sistemas — DDS, a partir desta data.

Brasília — DF, 29 de junho de 1992. — **Regina Célia Peres Borges**, Diretora Executiva.